



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 91351 de 25/02/2013
Edição Eletrônica nº 19521



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Consciente de seu papel na melhoria da qualidade de vida da população de Santa Catarina, a CASAN, como instrumento da Política Pública de Saneamento do Estado, vem desenvolvendo um processo de trabalho da mais alta relevância, com o objetivo de tornar realidade às metas de Governo, baseadas no direito equânime à universalização do saneamento como parte do resgate da cidadania, da saúde, da qualidade de vida das pessoas e do desenvolvimento dos 197 municípios e 3 distritos catarinenses e 01 paranaense onde atua.

O resultado econômico do exercício vem demonstrar o potencial empresarial da companhia, que gradativamente, de forma sustentável ao longo dos anos, vem se colocando entre as principais empresas do segmento no país. O Lucro Líquido auferido no Exercício foi da ordem de R\$ 21,4 milhões.

A recomposição tarifária anual, autorizada pelas Agências Reguladoras, foi da ordem de 8,6% e aplicada a partir de 01/06/2012, o crescimento da receita operacional foi da ordem de 13,3%, em decorrência, principalmente, do crescimento da base de clientes atendidos pelos serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário.

Da Receita Operacional auferida em 2012, os serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 81,1% desta receita, o equivalente a R\$ 546,3 milhões. As receitas vinculadas com os serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário representaram 16,1% do total da receita, ou R\$ 108,3 milhões no exercício.

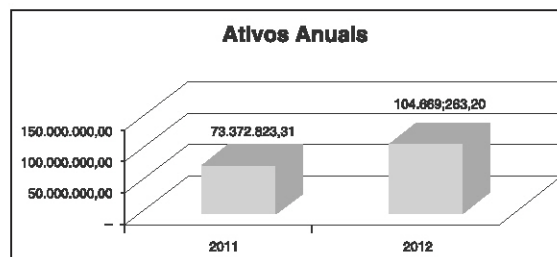
Em 2012 totalizamos o atendimento de 179.485 domicílios em 37 sistemas operados pela CASAN, com coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários. Estes números representam um incremento de 3,2% no índice de cobertura em relação a 2011, alcançando em Dezembro de 2012 a marca de 18,6% de clientes atendidos com os

serviços de coleta e tratamento do esgoto sanitário, frente à base de clientes servidos pela CASAN com água tratada.

A Companhia opera 247 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA em Santa Catarina, atendendo mais de 2,5 milhões de habitantes com água tratada, o que reflete uma cobertura de 96,6% da população urbana, nas áreas sob sua concessão. Em 2012 a CASAN finalizou o ano com 960.859 domicílios, o que corresponde a um incremento de 2,5%, em relação a 2011.

O Governo do Estado e a Administração da CASAN veem empreendendo todos os esforços necessários no sentido de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios atendidos pelo sistema CASAN. Os investimentos necessários são elevados, para tanto, há forte empenho no sentido de fortalecer as relações com os órgãos de financiamento nacionais e internacionais, visando à captação de recursos para atender às demandas dos municípios concedentes.

Com as parcerias construídas junto a União e agentes financeiros, como o BNDES e CAIXA FEDERAL, JICA e AFD foi possível investir em 2012 cerca de R\$ 104,7 milhões para ampliação e melhorias nos serviços de saneamento básico para a população catarinense.



No exercício de 2012, destaca-se a formalização de importantes contratos de financiamento. A principal operação foi com o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, por intermédio da CAIXA FEDERAL, no valor de R\$ 502 milhões, na sequência a assinatura do contrato de financiamento com a AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento, na ordem de R\$ 270 milhões. A CASAN vem cumprindo o plano de investimentos, em parceria com o Estado de Santa Catarina e Municípios concedentes e prevê alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto em 2032.

Outro destaque no exercício foi o início das assinaturas com as municipalidades dos contratos de programa concedendo a CASAN a autorização formal para exploração da concessão de água e esgoto, conforme preconiza a Lei 11.445/2007. Até 31/12/2012 foram assinados 7 (sete) contratos programas com os municípios de Florianópolis, Rio do Sul, Criciúma, Laguna, Canoinhas, Ibirama e Biguaçu. A formalização das concessões dos sete municípios representa uma garantia firme de 45,3% da Receita Bruta da Companhia.

Finalmente, a Administração da Companhia aproveita a oportunidade para agradecer pelos resultados alcançados em 2012, que só foram possíveis graças à dedicação e ao empenho de seus colaboradores, o apoio e confiança que recebemos do Governo de Santa Catarina, de nossos acionistas, clientes, fornecedores e demais parceiros que ao longo do ano ajudaram a CASAN a consolidar uma posição de destaque no cenário nacional.

A Diretoria

A CASAN

A Empresa e seu Mercado de Atuação

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/dezembro/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tem como missão **Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.** A missão CASAN esta apoiada em quatro bases fundamentais, interrelacionadas e complementares:

- Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados.
- Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável através da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente.
- Saúde Pública - Participar de forma pró-ativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços.
- Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

Em 2012 atendeu uma população de aproximadamente 2,48 milhões em 201 municípios catarinenses, ou seja, a CASAN está presente em 67% dos municípios no Estado de Santa Catarina, colaborando de forma definitiva para a melhoria dos indicadores de saúde pública e sustentabilidade do meio ambiente.

Para atender a essa demanda são operados:

- 252 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA, que beneficiam 327 localidades em Santa Catarina: 197 Sedes Municipais, 52 distritos e 77 vilas. No Estado do Paraná: 01 Município.
- 37 Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES que atendem 18 municípios.

A operacionalização dos seus sistemas é realizada através de 04 Superintendências Regionais de Negócios, formada por: 145 agências e 53 distritos operacionais, contando em 31/12/2012 com a colaboração de 2.238 empregados.

Mapa dos Municípios atendidos pela CASAN em 2012

1	Abelardo Luz	29	Bom Jardim da Serra	56	Curitibanos
2	Agrolândia	30	Bom Jesus	57	Descanso
3	Agronômica	31	Bom Jesus do Oeste	58	Dionísio Cerqueira
4	Água Doce	32	Bom Retiro	59	Dona Emma
5	Águas de Chapecó	33	Bombinhas	60	Dr. Pedrinho
6	Águas Frias	34	Botuverá	61	Ermo
7	Águas Mornas	35	Braço do Norte	62	Eral Velho
8	Alfredo Wagner	36	Caçador	63	Faxinal dos Guedes
9	Anchieta	37	Caibi	64	Florianópolis
10	Angelina	38	Calmon	65	Formosa do Sul
11	Anita Garibaldi	39	Campo Belo do Sul	66	Forquilha
12	Antônio Carlos	40	Campo Erê	67	Galvão
13	Apiúna	41	Canoinhas	68	Garopaba
14	Araquari	42	Capão Alto	69	Gravatal
15	Armazém	43	Catanduvas	70	Guabiruba
16	Arroio Trinta	44	Caxambu do Sul	71	Guaraciaba
17	Ascurra	45	Celso Ramos	72	Guarajá do Sul
18	Atalanta	46	Cerro Negro	73	Guatambu
19	Aurora	47	Chapadão do Lageado	74	Ibiam
20	Balneário Barra do Sul	48	Chapecó	75	Ibicaré
21	Bandeirante	49	Concórdia	76	Ibirama
22	Barra Bonita	50	Coronel Freitas	77	Ilhota
23	Barra Velha	51	Coronel Martins	78	Imaruí
24	Bela Vista do Toldo	52	Correia Pinto	79	Imbituba
25	Belmonte	53	Criciúma	80	Imbuia
26	Benedicto Novo	54	Cunha Porã	81	Indaial
27	Biguaçu	55	Cunhataí	82	Iomerê
28	Bocaina do Sul			83	Ipira

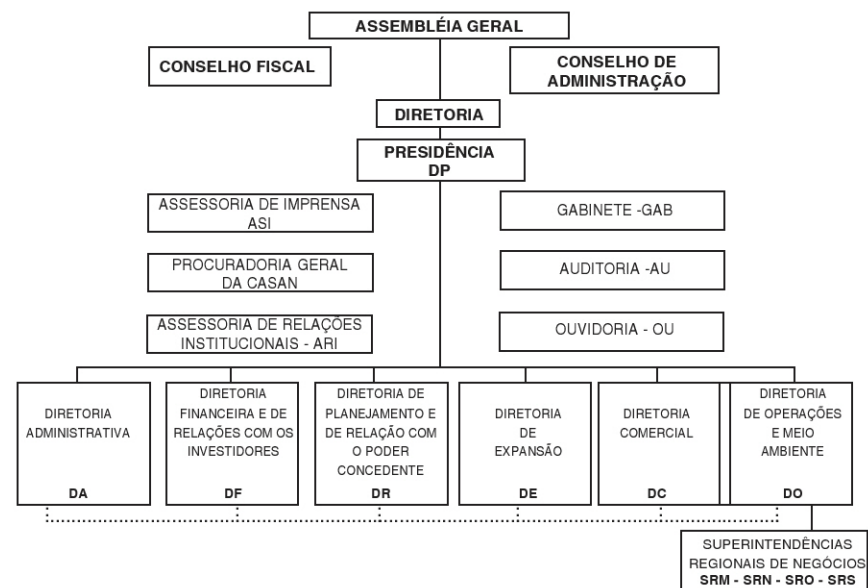
84 Iporã do Oeste	105 Luiz Alves	126 Palmeira	147 Rio das Antas	167 São Domingos	187 Urubici
85 Ipuauçu	106 Macieira	127 Palmitos	148 Rio do Campo	168 São João do Itaperiú	188 Urupema
86 Ipumirim	107 Mafra	128 Paraíso	149 Rio do Oeste	169 São João do Sul	189 Vargemão
87 Iraceminha	108 Major Gercino	129 Passo de Torres	150 Rio do Sul	170 São Joaquim	190 Vargem Bonita
88 Iraní	109 Major Vieira	130 Passos Maia	151 Rio dos Cedros	171 São José	191 Vidal Ramos
89 Irineópolis	110 Maracajá	131 Peritiba	152 Rio Fortuna	172 São José do Cedro	192 Videira
90 Itá	111 Maravilha	132 Petrolândia	153 Riqueza	173 São José do Cerrito	193 Vitor Meireles
91 Itaiópolis	112 Marema	133 Piçarras	154 Rodeio	174 São Lourenço do Oeste	194 Witmarsum
92 Ituporanga	113 Matos Costa	134 Pinhalzinho	155 Romelândia	175 São Martinho	195 Xanxerê
93 Jaborá	114 Mirim Doce	135 Pinheiro Preto	156 Salete	176 São Miguel do Oeste	196 Xavantina
94 Jardinópolis	115 Modelo	136 Piratuba	157 Saltinho	177 Seara	197 Xaxim
95 José Boiteux	116 Mondai	137 Ponte Alta	158 Salto Veloso	178 Siderópolis	198 Barracão (Paraná)
96 Jupia	117 Monte Castelo	138 Ponte Alta do Norte	159 Santa Cecília	179 Taió	Municípios Excluídas as Sedes Municipais:
97 Lacerdópolis	118 Morro da Fumaça	139 Ponte Serrada	160 Santa Rosa de Lima	180 Tangará	199 Porto União
98 Laguna	119 Nova Erechim	140 Pouso Redondo	161 Santa Terezinha	181 Timbó Grande	(Santa Cruz do Timbó)
99 Laurentino	120 Nova Veneza	141 Praia Grande	162 Santo Amaro da Imperatriz	182 Treze de Maio	200 Paulo Lopes
100 Lauro Muller	121 Novo Horizonte	142 Pres. Castelo Branco	163 São Bernardino	183 Treze Tilias	(Sorocaba e Areias)
101 Lebon Régis	122 Otacilio Costa	143 Presidente Nereu	164 São Bonifácio	184 Trombudo Central	201 Gaspar (Pocinho)
102 Leoberto Leal	123 Ouro Verde	144 Princesa	165 São Carlos	185 Turvo	
103 Lindóia do sul	124 Painel	145 Quilombo	166 São Cristóvão do Sul	186 União do Oeste	
104 Lontras	125 Palma Sola	146 Rancho Queimado			

Comparativo dos Municípios Atendidos em Santa Catarina – 2004/2012

	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Estado SC	293	100	293	100	293	100	293	100	293	100	293	100	293	100	293	100	295	100
CASAN (*)	215	73,38	209	71,33	208	70,99	205	69,97	205	69,97	202	68,94	197	67,24	198	67,58	197	66,78
Prefeituras	77	26,28	83	28,33	84	28,67	87	29,69	87	29,69	90	30,72	95	32,42	94	32,08	97	32,88
SANEPAR(**)	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34	1	0,34

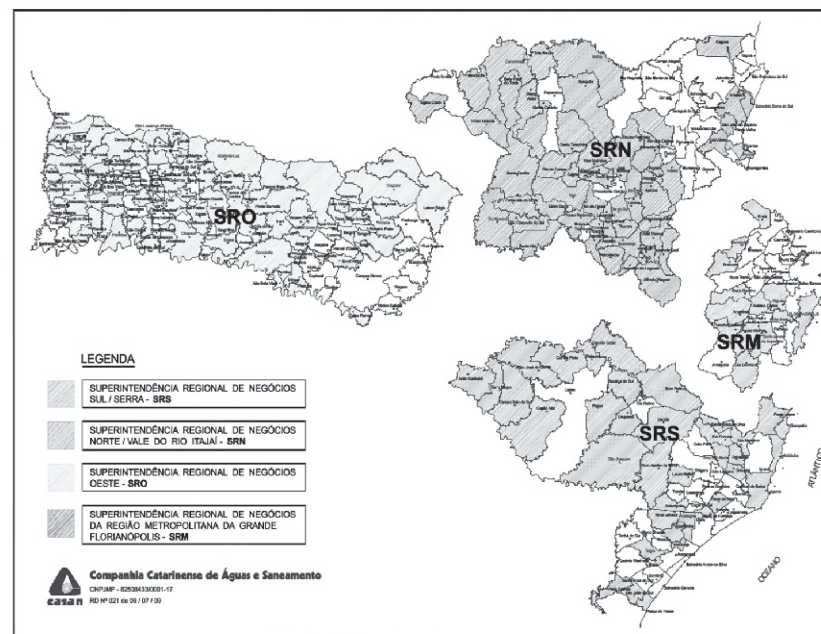
(*) Nota: Não computado nos dados da CASAN o município de Barracão, no Paraná.

Em 2011, a CASAN reformulou sua estrutura organizacional, de modo que as ações administrativas e operacionais tenham abrangência plena e eficiente em todos os municípios do Estado de Santa Catarina atendidos pela Companhia.



A configuração das suas quatro Superintendências permite maior agilidade e integração das ações com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regionais, se adequando com maior propriedade ao disposto na Lei Complementar 381/SC, de 07/maio/2007, especialmente no que tange:

- Coordenar e executar as obras de saneamento básico, de forma articulada com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR's;
- Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com projetos de saneamento básico em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SDS.



Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais - 2012

Superintendência	Muni- cípios	SAA	SES	Água		Esgoto		Colabo- radores
				Ligações	Economias	Ligações	Economias	
Metropolitana - SRM	14	34	14	172.811	323.321	38.899	127.005	432
Oeste - SRO	91	98	7	211.615	259.234	13.287	25.324	530
Sul/Serra - SRS	38	55	15	149.564	186.683	10.978	26.916	428
Norte/Vale - SRN	57	65	1	168.318	191.621	238	240	431
Sub-Total	198	252	37	702.308	960.859	63.402	179.485	1.821
Administração Central								417
Total CASAN(*)	201	252	37	702.308	960.859	63.402	179.485	2.238

(*) Nota: Dos 198 municípios atendidos insere-se + 3 municípios excluídas as sedes.

AMBIENTE REGULATÓRIO

CONTRATO DE PROGRAMA: a construção de uma nova realidade no setor de saneamento

Vive-se a construção de uma nova realidade no setor de saneamento no espaço geopolítico do país. Esta construção é muito significativa na medida em que inova a relação entre o poder concedente – os municípios – e os operadores de saneamento trazendo à lide a figura do órgão regulador e/ou agências reguladoras. Neste contexto, pode-se afirmar que houve um avanço muito grande no estado de Santa Catarina haja vista a criação e operacionalização de 5(cinco) agências reguladoras: AMAE(Joinville), ARIS(FECAM), AGESAN(Estado de Santa Catarina), AGIR(AMMVI) e AGR(Tubarão).

A CASAN após exaustivos estudos, devidamente legitimados pelo seu nível estratégico e aprovados pelo Conselho de Administração assinou no exercício de 2012, 7(sete) CONTRATOS DE PROGRAMA com os municípios de Biguaçu, Canoinhas, Criciúma, Florianópolis, Ibirama, Laguna e Rio do Sul. Estes CONTRATOS de PROGRAMA anteriormente citados, em número de sete, representam 45,3% da receita bruta da CASAN no exercício de 2012, o que, sem dúvida, a torna atrativa e conseqüentemente, apta a novas captações de recursos no mercado financeiro.

Nesta esteira, considerando o que dispõe a Lei nº 11445, de 5 de janeiro de 2007, que exige para a validade dos CONTRATOS de PROGRAMA a existência de um Plano Municipal de Saneamento Básico(PMSB), este, cuja elaboração é competência do município, a CASAN, disponibiliza as informações necessárias e suficientes para a consecução dos

referidos planos.

Evidentemente, não se pode perder de vista a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro destes CONTRATOS de PROGRAMA, ou em outras palavras, deve-se propiciar a formalização da missão econômica da empresa.

Este aspecto econômico não ofusca a responsabilidade social da CASAN subjacente às ações de saneamento, como também não desfaz o seu comprometimento com a saúde pública.

Sem dúvida, por se viver em uma sociedade na qual as organizações e os produtos rendem tributos aos modelos e conceitos deverá haver uma mudança no comportamento da CASAN frente ao mercado e a sociedade catarinense.

Sob este viés – modelos e conceitos – a CASAN vem se capacitando para fazer frente a estes novos desafios investindo na eficácia e na eficiência dos processos dinâmicos de produção, tratamento e distribuição de água. Ou seja, fazendo uso do espaço regulatório para crescer qualitativamente cumprindo de forma exuberante a sua MISSÃO.

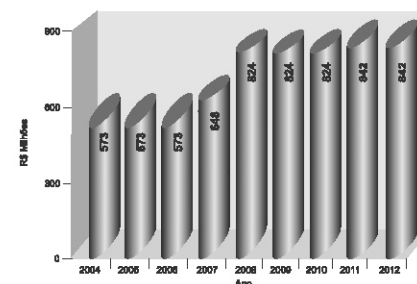
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da CASAN é formado por 715.094.432 ações, sendo 357.547.216 ações ordinárias e 357.547.216 ações preferenciais. O governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 64,21% das ações é o acionista majoritário. A empresa SC Parcerias detém 18,03% das ações e a empresa CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A com 15,48% das ações são respectivamente, o segundo e terceiro maiores detentores das ações. O restante das ações está pulverizado no mercado entre pessoas físicas e jurídicas.

Composição Acionária CASAN – Dezembro 2012

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
ESTADO DE SANTA CATARINA	221.413.722	61,93	237.722.771	66,49	459.136.493	64,21
SC PARCELIAS	64.451.065	18,03	64.451.112	18,03	128.902.177	18,03
CELESC	55.358.800	15,48	55.357.200	15,48	110.716.000	15,48
CODESC	16.315.575	4,56	0	0	16.315.575	2,28
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	8.054	0	16.133	0	24.187	0
Total	357.547.216	100	357.547.216	100	715.094.432	100

Evolução do Capital Social - 2004/2012



INDICADORES OPERACIONAIS

Através de reconhecidos esforços para atender a população catarinense com a devida eficiência e eficácia, qualidade, otimização de custos, e maximização de resultados, obtivemos um índice de atendimento da população urbana, na área de concessão da CASAN, de 96,64% ao final de 2012. Em dados operacionais, isso representa 702.308 ligações de água e 63.402 ligações de esgoto.

Evolução Ligações/Economias ÁGUA – 2004/2012

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
TOTAL ÁGUA	ligações	726.386	660.233	665.030	633.596	654.308	665.564	667.584	693.168	702.308
	economias	959.236	851.037	862.312	834.970	866.201	886.813	898.579	936.976	960.859
RESIDENCIAL	ligações	666.959	605.976	610.145	580.207	598.620	608.993	610.586	634.041	642.568
	economias	863.807	765.786	775.785	749.427	776.963	796.013	805.910	841.199	863.541
COMERCIAL	ligações	44.861	40.707	41.172	40.200	41.802	42.439	42.707	44.228	44.495
	economias	78.756	69.655	70.677	70.403	73.262	74.625	76.227	78.387	79.616
INDUSTRIAL	ligações	4.040	3.638	3.654	3.313	3.532	3.575	3.594	3.960	4.191
	economias	4.668	4.227	4.296	3.890	4.145	4.122	4.154	4.711	4.911
PÚBLICA	ligações	10.526	9.912	10.059	9.876	10.354	10.557	10.697	10.939	11.054
	economias	12.005	11.369	11.554	11.250	11.831	12.053	12.288	12.679	12.791
LIGAÇÕES HIDROMETRADOS	592.597	597.810	656.379	626.806	642.369	660.555	663.450	687.932	697.505	
LIGAÇÕES NÃO HIDROMETRADOS	133.789	62.423	8.651	6.790	11.939	5.009	4.134	5.236	4.403	
Índice de Hidrometração	81,60%	90,50%	98,70%	98,90%	98,20%	99,20%	99,40%	99,20%	99,37%	

Evolução Ligações/Economias ESGOTO – 2004/2012

Especificação		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL ESGOTO	ligações	41.272	33.482	37.065	41.621	43.470	47.376	50.666	62.336	63.402
	economias	141.674	102.125	110.714	121.356	127.426	135.694	143.515	173.962	179.485
RESIDENCIAL	ligações	34.488	27.967	30.833	34.640	36.147	39.586	42.626	52.254	53.151
	economias	119.855	85.326	92.083	100.748	105.689	112.830	119.511	145.483	150.514
COMERCIAL	ligações	5.636	4.586	5.228	5.885	6.163	6.534	6.755	8.469	8.609
	economias	20.212	15.454	17.176	19.061	20.115	21.160	22.204	26.202	26.632
INDUSTRIAL	ligações	409	237	284	318	350	378	383	493	502
	economias	538	323	389	431	460	481	493	685	715
PÚBLICA	ligações	739	692	720	778	810	878	902	1.120	1.140
	economias	1.069	1.022	1.066	1.116	1.162	1.223	1.307	1.592	1.624

A redução do número de ligações de água e de esgoto, nos últimos anos, decorre da saída dos seguintes municípios: Timbó, Itajaí, Itapema e Lages (2003); Joinville e Fraiburgo (2004); Tubarão, Balneário Camboriu, São João Batista, Içara, Camboriu e Navegantes (2005); Papanduva e Barra Velha (2006); Itapoá, Schoroeder, Sombrio, Guarimir e Palhoça (2007); Canelinha e Meleiro (2009); Presidente Getúlio, Corupá, Balneário Gaivota, Massaranduba e Porto Belo (2010); Capivari de Baixo e Três Barras (2011); Penha, São Francisco do Sul (Distrito) e Garuva (2012).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2012, no cumprimento da sua missão empresarial, foram atendidos 2,48 milhões de consumidores na área urbana com água tratada e 440 mil usuários servidos com coleta, tratamento e destinação final de esgoto sanitário.

A CASAN alcançou um volume faturado de água de 168,0 milhões de metros cúbicos. Esse valor corresponde a um incremento de 5,87%, em relação a 2011.

Evolução de Volumes Disponibilizados e Faturados – Água Tratada e Esgotos Sanitários – 2004/2012

Volume (m³)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Disponibilizado Água (*)	266.117.619	228.687.187	209.860.776	203.519.136	188.829.750	194.502.353	197.543.871	204.764.465	209.216.199
Faturado Água	167.643.818	151.321.508	142.070.635	142.983.763	145.451.032	149.928.812	151.823.227	159.026.316	168.367.260
Faturado Esgoto	26.420.606	23.117.512	18.986.681	20.399.536	21.140.021	22.269.299	22.736.283	27.494.967	29.225.956

(*) Água Disponibilizada (Volume produzido + Volume importado – Volume de serviço)

Volume Faturado Água – 2004/2012 (1.000 m³)

Categoria	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Residencial	139.696	126.179	117.760	117.235	114.163	118.065	119.247	123.082	129.728
Comercial	16.104	16.001	14.731	14.035	13.774	13.789	14.163	14.927	14.922
Industrial	4.220	3.425	3.415	3.104	2.921	2.865	2.928	3.080	3.024
Pública	7.624	5.716	6.165	8.610	14.594	15.210	15.486	17.938	20.693
Total	167.644	151.322	142.071	142.984	145.451	149.929	151.823	159.026	168.367

Volume Faturado de Esgoto – 2004/2012 (1.000 m³)

Categoria	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Residencial	20.254	17.884	14.346	15.443	15.951	16.877	17.227	21.105	22.550
Comercial	4.347	3.608	3.098	3.438	3.681	3.763	3.837	4.611	4.755
Industrial	379	277	199	217	234	237	248	303	368
Pública	1.440	1.350	1.344	1.301	1.274	1.393	1.424	1.476	1.553
Total	26.421	23.118	18.987	20.400	21.140	22.269	22.736	27.495	29.226

O decréscimo do volume faturado de água e de esgoto, nos últimos anos, decorre da saída dos seguintes municípios: Timbó, Itajaí, Itapema e Lages (2003); Joinville e Fraiburgo (2004); Tubarão, Balneário Camboriu, São João Batista, Içara, Camboriu e Navegantes (2005); Papanduva (2006); Itapoá, Schoroeder, Sombrio, Guarimir e Palhoça (2007); Canelinha, Meleiro e Barra Velha (2009); Presidente Getúlio, Corupá, Balneário Gaivota, Massaranduba e Porto Belo (2010); Capivari de Baixo e Três Barras (2011); Penha, São Francisco do Sul (Distrito) e Garuva (2012).

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Desempenho Financeiro

No exercício de 2012 a CASAN alcançou uma receita operacional bruta de R\$ 673,5 milhões, auferida pela prestação de serviços de água e esgoto, registrando um crescimento de 13,38% em relação ao exercício anterior.

Os custos e despesas totalizaram R\$ 590.676, registrando um aumento de 4,49% em relação ao ano anterior.

Comparativo dos Resultados CASAN - 2004 a 2012 (R\$ mil)

Contas/Exercícios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Operacionais	355.478	372.442	391.204	418.041	458.801	512.303	538.644	594.058	673.552
Despesas Operacionais	325.670	335.904	335.272	340.016	411.434	446.573	489.363	565.255	590.676
Resultado Financeiro	-29.943	-15.616	-27.895	-62.477	-15.878	-21.021	-26.997	-28.804	-31.620
Resultado Operacional	6.444	39.899	30.262	51.235	30.040	35.239	-39.277	9.849	19.897
Resultado Líquido do Exercício	20.618	32.418	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418

Indicadores Econômicos CASAN - 2004 a 2012

INDICADORES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo Total (AT)	1.219.155	1.255.355	1.317.447	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279
Patrimônio Líquido (PL)	678.852	711.304	736.064	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.641
Receita Operacional Líquida (ROL)	330.742	341.975	355.102	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342
Lucro Líquido (LL)	20.618	32.418	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418
Endividamento Geral (PC + PNC) / AT	0,44	0,43	0,44	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44
EBITDA	87.763	92.406	87.225	144.321	79.194	92.451	27.498	75.903	117.888
EBIT	52.603	55.514	58.156	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640
Geração de Caixa	107.615	114.773	60.295	147.543	-69.080	78.461	30.241	59.798	118.260
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,17	0,15	0,10	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,38	0,44	0,28	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45
Margem Bruta (LB/ROL)	26,10%	30,50%	38,20%	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	65,98%	62,33%
Margem Operacional (LO/ROL)	1,90%	11,70%	8,50%	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%
Margem Líquida (LL/ROL)	6,20%	9,50%	7,00%	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	3,00%	4,60%	3,40%	6,90%	1,83%	3,17%	-1,13%	0,61%	1,71%
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,21	0,24	0,26	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49
Liquidez Corrente (AC / PC)	0,39	0,4	0,48	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07
Impostos/Receita Bruta*	8,40%	10,90%	11,80%	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%

(* Impostos – COFINS + PASEP + IR + CSL

Obs.: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante

Os serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 81,1% da receita obtida em 2012, o equivalente a R\$ 546,3 milhões. As operações na área de tratamento de esgoto sanitário representaram 16,1% da receita, ou R\$ 108,3 milhões. Os 2,8% restantes, R\$ 18,8 milhões, referem-se a outros serviços prestados pela Companhia.

POLÍTICA TARIFÁRIA

O comprometimento em busca do alcance a meta de universalização dos serviços de abastecimento de água e os significativos esforços no sentido de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, demandam elevados investimentos que exigem da Companhia a captação de recursos externos a fim de realizar as obras necessárias. A captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros como BNDES, CEF, AFD e JICA, exige da CASAN a oferta de contrapartida do montante concedido, com aplicação de recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

A fim da recuperação do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, em resultado das atuais condições de mercado, da necessidade de recomposição do poder da moeda frente às perdas inflacionárias e do indispensável investimento em projetos de esgotamento sanitário, foi autorizado o reajustamento tarifário no percentual de 8,6%, aplicado de forma linear, em todas as faixas de consumo, nas categorias: Residencial A/B, Comercial, Micro e Pequeno Comércio, Industrial e Pública.

A autorização do realinhamento tarifário referente aos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários ocorreu através da deliberação 001/2012 da ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento), da resolução 016 de 10 de abril de 2012 da AGESAN (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina) e do ofício 055/2012 da AGIR (Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí).

Estrutura Tarifária - Tarifa Social/2012

CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO	VALOR
Residencial "A" Social	1	até 10	5,25 / mês
	2	11 a 25	1,4090 / m ³
	3	26 a 50	7,0713 / m ³
	4	> 50	8,6306 / m ³
Residencial "B"	1	até 10	28,01 / mês
	2	11 a 25	5,1335 / m ³
	3	26 a 50	7,2022 / m ³
	4	> 50	8,6306 / m ³
	5	Tarifa Sazonal	17,7881 / m ³
Comercial	1	até 10	41,34 / mês
	2	11 a 50	6,861 / m ³
	3	> 50	8,6306 / m ³
Micro e Pequeno Comércio	1	até 10	29,21 / mês
	2	> 10	6,861 / m ³
Industrial	1	até 10	41,34 / mês
	2	> 10	6,861 / m ³
Especial	1	> 5000	Contrato Especial
Pública	1	até 10	41,34 / mês
	2	> 10	6,861 / m ³

Realinhamento Tarifário - 2004 a 2012

VIGÊNCIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Percentual (%)	14,56	12,5	(*)	6,97	7,23	9,77	3,97	5,41	8,6

GESTÃO EMPRESARIAL

INVESTIMENTOS, PLANEJAMENTO E METAS

Investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Evolução dos Investimentos – 2004/2012 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos Investimentos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total no Período	%
Água	23.674	20.882	29.538	7.274	29.185	13.991	16.483	24.127	45.908	211.062	30,72%
Esgoto	14.573	27.668	45.892	42.855	51.595	103.802	64.202	46.949	55.320	452.856	65,91%
Outros	-4.677	7.185	1.360	7.612	1.489	1.851	2.579	2.297	3.441	23.137	3,37%
Total	33.570	55.735	76.790	57.741	82.269	119.644	83.264	73.373	104.669	687.055	100,00%

Investimento Realizado em 2012 nos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA

Entre os vários investimentos feitos pela CASAN em Sistemas de Abastecimento de Água – SAA destacamos:

Investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água – 2012

MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO SUCINTA DAS OBRAS	VALOR TOTAL(R\$)	REALIZADO(R\$)	AÇÕES EMPREENDIDAS
CHAPECÓ Ampliação da ETA	Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, compreendendo: - Reforma e Ampliação da ETA para vazão de 560l/s	3.333.273,61	1.500.687,20	Início: jul/11 Conclusão: jul/13 Situação: Andamento Andamento: 50%
Rio do Sul Melhoria Captação e AAB	Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, compreendendo: - Melhoria Captação e AAB	2.285.529,77	2.136.379,70	Início: out/11 Conclusão: mar/13 Situação: Andamento Andamento: 94%
SUB TOTAL ÁGUA		5.618.803,38	3.637.066,90	

Investimento Realizado em 2012 nos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES

Entre os vários investimentos, feitos pela CASAN no Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, destacamos:

Investimentos nos Sistemas de Esgotamento Sanitário – 2012

MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO SUCINTA DAS OBRAS	VALOR TOTAL(R\$)	REALIZADO(R\$)	AÇÕES EMPREENDIDAS
FLORIANÓPOLIS SES - CACHOEIRA/PONTA DAS CANAS	Implantação de Sistema de Esgoto Sanitário: - Rede Coletora - 37.147,50 m, - Ligações Domiciliares - 2.988 unidades - 05 Estações Elevatórias - Ampliação da ETE (70 l/s para 157 l/s)	29.367.654,05	1.251.167,94	Início: jun/09 Conclusão: jun/12 Situação: Concluída Andamento: 100%
FLORIANÓPOLIS SES - CAMPECHE	Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário: - Estação de Tratamento de Esgotos - 78 l/s, - Rede Coletora - 54.858 m , - Ligações Prediais - 2.839 un., - Estações elevatórias de esgoto - 07 un, - Emissários de esgoto - 11.146 m.	30.871.149,71	3.591.851,99	Início: jul/08 Conclusão: jun/13 Situação: Andamento Andamento: 54%
FLORIANÓPOLIS SES BACIA F	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Insular: - Rede Coletora com 52.967m e metros 150 a 500 mm - Emissários – 1.434 m em PEAD DE 160 e 315 mm - 2 Estações Elevatórias (com 2 conj. moto bomba cada) Vazões de 7 e 96 L/s - Ligações Prediais – 3.749 unidades	22.145.197,87	7.190.298,57	Início: jul/10 Conclusão: jul/13 Situação: Andamento Andamento: 57%
SÃO JOSÉ AVENIDA DAS TORRES/ CEASA	Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário: - Rede Coletora - 46.910 metros; - Ligações Domiciliares - 6.636 unidades - População Atendida - 20.544 habitantes	13.316.381,99	2.091.323,04	Início: fev/09 Conclusão: dez/12 Situação: Concluída Andamento: 100%
LAGUNA SES BACIA B C D E F	Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário: - Rede Coletora - 69.235m de tubulação, com diâmetros de 150 e 600 mm; - Ligações Domiciliares - 6.722 un.; - Estação Elevatória de Esgoto – 09 unidades (com vazões entre 4 e 23 L/s); - Emissários Terrestre – 3.176 m, em PEAD nos diâmetros 90 a 400 mm; - Estação Tratamento Esgotos na vazão de 90 l/s; - População beneficiada: 42.479 hab.	34.995.091,79	8.276.154,03	Início: out/11 Conclusão: mar/14 Situação: Andamento Andamento: 22%
MAFRA SES MAFRA	Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário: - Rede Coletora - 31.666m.; - Ligações Domiciliares - 1.500 un.; - Emissários de recalque 2.169 m ; - Estação Elevatória de Esgoto – 02 unidades; - Estação de Tratamento de Esgotos na vazão de 20 l/s; - População beneficiada: 8.160 hab.	9.090.966,34	1.709.446,56	Início: out/11 Conclusão: mar/13 Situação: Andamento Andamento: 32%
FLORIANÓPOLIS SES JURERÉ	Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário: - Rede Coletora - 7.644 m, com diâmetros de 150 e 250mm; - Ligações Domiciliares - 539 un.; - Emissários Terrestre 6.868 m, PEAD DE 315 e DE 560; - Estação Elevatória de Esgoto – 05 unidades, (com vazões entre 5 e 71 L/s); - População beneficiada: 12.730 hab.	14.081.195,41	9.236.271,31	Início: fev/12 Conclusão: jun/13 Situação: Andamento Andamento: 56%
CATANDUVAS SES CATANDUVAS	- Melhoria Captação e AAB	1.247.704,53	1.085.814,93	Início: abr/12 Conclusão: fev/13 Situação: Andamento Andamento: 87%
CRICIÚMA SES CANAL RIO CRICIÚMA	Implantação da rede coletora de esgoto e interceptor. - Rede Coletora - 2.669 m de tubulação, com diâmetros de 150 e 600 mm; - Ligações Domiciliares - 100 un.;	470.072,01	133.446,44	Início: jun/11 Conclusão: jan/13 Situação: Andamento Andamento: 79%
SUB TOTAL ESGOTO		155.585.413,70	34.565.774,81	

Investimentos Simultâneos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - 2012

MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO SUCINTA DAS OBRAS	VALOR TOTAL(R\$)	REALIZADO(R\$)	AÇÕES EMPREENDIDAS
FLORIANÓPOLIS SAA/SES Maciço do Morro da Cruz	Implantação do Sistema de Água e Esgoto Sanitário:			Início: out/08
	- Rede Coletora de Esgoto - 21.113 m tubo PVC DN 150,			Conclusão: abr/13
	- Ligações Prediais de Esgoto - 3.089 un.,	14.134.296,77	2.606.047,03	Situação: Andamento
	- Estação de Recalque de Esgoto - 1 unidade			Andamento: 60%
	- Rede de Distribuição de Água - 19.386 m tubo PVC DN 50 a 150 mm			
	- Ligações Prediais de Água - 3.222 unidades			
	- Pressurizadores (Booster) - 8 unidades			
	- População beneficiada: 25.000 habitantes			
SUB TOTAL ÁGUA / ESGOTO - INTEGRADO		14.134.296,77	2.606.047,03	

SUPRIMENTOS

O suprimento de materiais de custeio e manutenção, destinados à operacionalização da Companhia, formam um rol de aproximadamente 700 itens de maior relevância e consumo, dentre os quais se destacam: materiais de segurança, materiais de expediente, materiais hidráulicos para manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e materiais filtrantes e produtos químicos utilizados no tratamento de água e esgoto, cuja gestão de compras e de estoques é baseada em parâmetros de consumo, materiais em estoque, prazos de entregas e saldos contratuais. Em 2012, foram investidos R\$ 2.306.955,89 em contratos para aquisição de materiais de segurança e R\$ 317.433,84 para compras de materiais de expediente que atendem ao cliente interno da Companhia. Ainda houve investimentos na ordem de R\$ 204.953,00 com materiais de envasamento de água. Os investimentos em materiais hidráulicos para manutenção dos sistemas de água e esgoto somaram R\$ 9.261.867,59. No ano de 2012, foram investidos R\$ 3.316.728,43 com o assentamento de 540.298 metros de tubulação de água e esgoto por todas as Agências do Estado, através de ampliações de redes de distribuição e melhorias operacionais. Para o tratamento de água e esgoto, a gestão de compras de produtos químicos e materiais filtrantes é realizada com base em informações obtidas das áreas operacionais referente a demandas dos produtos, além dos parâmetros de consumo médio. Em 2012, foram investidos R\$ 11.724.170,10 em produtos químicos que propiciaram melhoria na qualidade da água fornecida pela CASAN, e também auxiliaram no tratamento do esgoto sanitário. Para manutenção dos filtros das Estações de Tratamento de

Água foram gastos 243.176,85 em materiais filtrantes. A Empresa também promove o controle e a fiscalização do uso de reagentes e produtos químicos utilizados em seus diversos laboratórios e Sistemas de Abastecimento de Água, emitindo relatórios mensais para acompanhamento e controle pela Polícia Federal.

MELHORIAS OPERACIONAIS

Além dos investimentos na implantação e ampliação dos sistemas de água e esgoto, para manter a continuidade da prestação dos serviços foi necessário que a CASAN aplicasse significativos investimentos em melhorias operacionais. Em 2012 esses valores chegaram R\$ 33 milhões, todos tendo como fonte os Recursos Próprios. O direcionamento dos recursos para essas melhorias foi fruto de um amplo planejamento operacional por parte da Companhia, a qual elaborou uma série de políticas para a gestão dos sistemas de água e esgoto. Dentre essas políticas destacam-se: programa de macromedição, manutenção de tubulações, revitalização de unidades operacionais, manutenção eletromecânica, programa de redução de perdas de água, substituição de processos de tratamento, programa para o tratamento de efluentes de ETAs, diagnóstico de SAA e SES, controle de gastos com energia elétrica, programa de automação e telemetria, programa de eficiência energética, operação de poços profundos, manutenção e perfuração de poços, acreditação de laboratórios na NBR ISO 17.025/2005, adequação a Portaria MS nº 2.914/2011 e Plano de Segurança da Água.

Abaixo segue tabela dos valores investidos por Superintendência.

Ações Realizadas	Abrangência	Mês/Ano Início e Mês/Ano Conclusão	Investimento em 2012
Região Metropolitana da Grande Florianópolis			
Implantação de adutora de água tratada entre Bombinhas e Porto Belo	Bombinhas	Janeiro-12 dezembro-12	1.589.809,14
Ampliação e melhorias no SAA e tratamento de água	Antônio Carlos	Fevereiro-12 maio-12	717.953,54
Interligação do SAA de Biguaçu com Antônio Carlos e melhorias no sistema	Biguaçu	Janeiro-12 julho-12	694.618,67
Melhorias operacionais na ETA Cubatão	Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, São José, Palhoça e Florianópolis	Novembro-10 março-13	436.865,64
Ampliação e melhorias no SAA e tratamento de água	Florianópolis, São José e Biguaçu	Julho-10 julho-13	1.621.697,02
Implantação SES Santo Amaro e interligação SES Ingleses com SES Canasvieiras	Grande Florianópolis	Novembro-11 novembro-12	3.087.950,43
Ampliação e melhorias no SES	Biguaçu e Florianópolis	Fevereiro-12 fevereiro-13	1.227.876,85
Região Norte/Vale do Rio Itajaí			
Investimento em melhorias no SAA	Ibirama, Rio do Sul, Laurentino, Agronômica, Rio do Campo, Balneário Barra do Sul, Itaiópolis	Janeiro-12 abril-13	686.484,31
Aquisição de equipamentos de tratamento de água/esgoto	Diversos municípios	Janeiro-12 março-13	5.630.032,68
Implantação emissário de esgoto bruto de Rio do Sul	Rio do Sul	Setembro-12 dezembro-12	3.283.000,00
Implantação e melhorias em redes de distribuição de água	Diversos municípios	Janeiro-12 dezembro-12	4.000.000,00
Região Sul/Serra			
Aquisições para ampliação e melhoria do SAA	Diversos municípios	Janeiro-12 Dezembro-12	726.837,62
Implantação do SAA	Criciúma	Junho-11 agosto-12	401.412,37
Região Oeste			
Investimento para o sistema de automação e supervisão da ETA	Chapecó	Maior-12 dezembro-12	531.393,48
Ampliação de rede e adutora	Pinhalzinho	Fevereiro-12 dezembro-12	408.762,40
Aquisições para ampliação e melhoria do SAA	Diversos municípios	Janeiro-12 novembro-12	1.767.804,05
Aplicação Global			
Estudos técnicos e projetos de SES	Diversos municípios do Estado	Janeiro-09 dezembro-13	457.649,48
Captação por meio de águas subterrâneas	Diversos municípios do Estado	Janeiro-12 dezembro-12	1.000.000,00
Automação e telemetria	Diversos municípios do Estado	Janeiro-12 dezembro-12	350.000,00
Adequação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	Diversos municípios do Estado	Janeiro-12 dezembro-12	2.500.000,00
Adequação de laboratórios	Diversos municípios do Estado	Janeiro-12 dezembro-12	900.000,00
Manutenção de sistemas	Diversos municípios do Estado	Janeiro-12 dezembro-12	900.000,00
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS			32.920.147,68

Ressalta-se também que a adoção de práticas de análise de faturas de energia elétrica e de combate ao desperdício de energia resultaram em um custo evitado de aproximadamente R\$ 300.000,00 em 2012.

Repasso aos Fundos Municipais

Para cumprir as cláusulas financeiras constantes dos Convênios de Cooperação para Gestão Associada, no exercício 2012, a CASAN repassou aos municípios, através dos Fundos Municipais de Saneamento, R\$ 50.572.667,67 (cinquenta milhões quinhentos e setenta e dois mil seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos). Deste montante, R\$ 25.995.647,29 (vinte e cinco milhões novecentos e noventa e cinco mil seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) destinaram-se a fazer face aos compromissos decorrentes da Gestão Associada e, R\$ 24.577.020,38 (vinte e quatro milhões quinhentos e setenta e sete mil vinte reais e trinta e oito centavos) para Recomposição da Pavimentação.

Observa-se, portanto, que todos os encargos financeiros decorrentes dos Convênios de Cooperação para Gestão Associada foram cumpridos e conseqüentemente resultou fortalecido o vínculo que a CASAN mantém com os municípios conveniados.

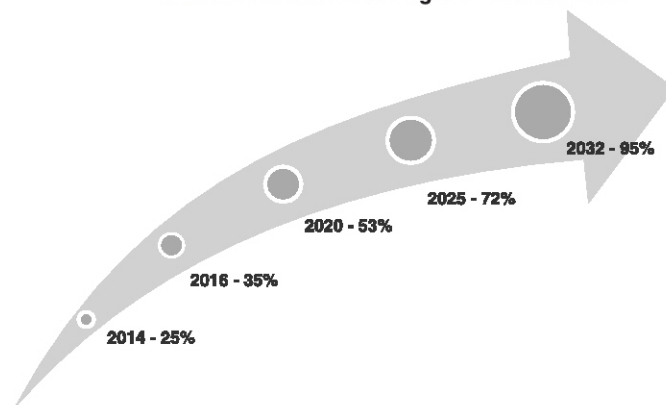
Investimentos Previstos para o período 2012-2017

Em prosseguimento à política de expansão dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a meta é ampliar de forma progressiva e intensiva a cobertura dos atuais 17,16% para 95% em 2032. Trata-se de um plano sustentável que ocorrerá ao longo de vinte anos e que procura equilibrar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios

atendidos e a capacidade de investimentos da companhia. As metas apresentadas abaixo são também compatíveis com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

O plano de metas prevê investimentos que ocorrem de forma modular, prevendo a realização de cerca de 45 mil novas ligações de esgoto por ano, o que, em conjunto com as novas ligações de água já significará mais do que dobrar o ritmo atual de novas ligações.

Coleta e Tratamento de Esgoto – Meta até 2032



COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	2012	2014	2016	2018	2020	2025	2030	2032
População Urbana Atendida	439.921	646.943	905.720	1.164.497	1.371.518	1.863.195	2.303.116	2.458.382
Meta de Consumidores Atendidos	17%	25%	35%	45%	53%	72%	89%	95%
Número de Ligações	63.402	108.402	153.402	198.402	243.402	288.402	333.402	378.402
Número de Economias (2,45 hab/eco 2012)	179.485	263.949	369.528	475.107	559.571	760.172	939.657	1.003.004

Para o período 2012-2017, a CASAN já tem assegurados cerca de R\$ 1,5 bilhões para a realização de investimentos, contando com o apoio da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de aportar uma parcela significativa de recursos próprios na forma de contrapartida aos contratos.

Com os investimentos previstos até a universalização dos serviços, aproximadamente 2,5 milhões de catarinenses passarão a ter o serviço de esgotamento sanitário, significando enormes ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense. Dos R\$ 1,5 bilhões mencionados para o período, aproximadamente R\$ 1,3 bilhões referem-se a investimentos em esgotamento sanitário e R\$ 250 milhões em sistemas de abastecimento de água. Deste total, R\$ 65 milhões já foram investidos.

Investimentos Pré-Selecionados em 2012 – Projetos PAC2 – Grupo 3 – FUNASA

- 03 Projetos de Abastecimento de água, no valor R\$ 9.038.846,17.
- 06 Projetos de Esgotamento Sanitário, no valor de R\$ 61.009.199,05.
- Perfazendo um investimento total de aproximadamente R\$ 70.048.045,22 através da FUNASA

Municípios Beneficiados

MUNICÍPIOS	Modalidade	INVESTIMENTO (R\$)
BOM JARDIM DA SERRA	ÁGUA	1.763.616
GUARACIABA	ÁGUA	1.948.339
PIÇARRAS	ÁGUA	5.326.892
ABELARDO LUZ	ESGOTO	16.302.814
CORONEL FREITAS	ESGOTO	9.081.674
DIONISIO CERQUEIRA	ESGOTO	14.327.119
GRAVATAL	ESGOTO	9.636.085
PRINCESA	ESGOTO	2.622.248
SIDERÓPOLIS	ESGOTO	9.039.259
TOTAL		70.048.045,22

Diretrizes para aumento de eficiência nos municípios atendidos pela CASAN

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina devem vir acompanhadas de iniciativas que garantam a sustentabilidade econômico-financeira da CASAN. Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez econômico-financeira, a CASAN terá que continuar trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade. Tais ganhos incluem:

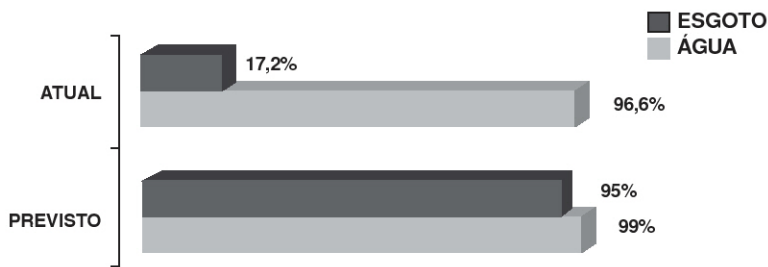
• Redução de perdas de água

A meta é que a CASAN venha a ser até 2023 uma referência em perdas de água, com indicadores equivalentes aos das Companhias Estaduais com menores índices de perdas. Para alcançar esta meta a Companhia terá como diretriz a elaboração de projetos específicos que irão tratar setorialmente cada etapa do processo entre a captação e a distribuição de água, combatendo as perdas de água físicas e aparentes (comerciais).

O primeiro projeto iniciado em Outubro de 2010, denominado GECOM – Projeto CASAN de Modernização da Gestão Comercial, teve orçamento de 40 milhões de Reais, os quais foram financiados junto ao IFC – braço comercial do Banco Mundial. Este projeto tem como propósito combater as perdas comerciais e recuperar as receitas com exploração das concessões de água e esgoto, perdidas ao longo do tempo, por conta de fraudes e desconrolas cadastrais. Estima-se a recuperação de no mínimo 6% da receita com a execução de ações voltadas ao controle e precisão da micromedição, recadastramento comercial, combate às fraudes, fiscalização ostensiva, dentre outras ações de caráter corretivo.



FONTE DOS RECURSOS	EXTERNO (R\$)	CASAN (R\$)	TOTAL (R\$)
BNDES - PAC	74.352.182	32.843.089	107.195.271
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	474.641.823	36.323.826	510.965.649
OGU – ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	194.626.256	36.210.430	230.836.686
AFD – AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO	254.737.040	17.161.527	271.898.567
JICA – AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO	328.476.145	76.034.839	404.510.984
RECURSOS PRÓPRIOS		21.118.562	21.118.562
TOTAL	1.326.833.446	219.692.273	1.546.525.719



Com um investimento na ordem de R\$ 32,3 milhões, em 2013, estaremos iniciando o Projeto de Automação e Macromedição – PAM, que tem por objetivo implantar um sistema de gestão para o controle eficaz da produção e da adução de água tratada, por meio de modernos processos de macromedição, telecomunicação/telemetria e de software para automação dos sistemas de supervisórios. Estão sendo realizadas a aquisição e a instalação de 514 macromedidores para os 32 maiores sistema de água tratada da CASAN.

Perseguindo a meta de redução das perdas, a Diretoria Executiva busca também melhorias na operação dos sistemas e estará investindo, nos próximos anos, recursos suficientes para atualizar os controles e a operação das redes com pressões médias mais baixas, com operação fora dos horários de pico e com menores picos de pressão na rede. Como ações complementares estudamos a instalação de variadores de frequência, substituição de válvulas com altas perdas de carga, a setorização com manobras para utilização da menor carga hidráulica possível etc. A expectativa é de redução do indicador de perdas em 10 pontos percentuais, em até dez anos.

• Aumento da eficiência energética

Estão em estudos projetos que visam à modernização do parque de motores e quadro de comandos dos principais sistemas de água e esgoto da CASAN. Esta meta tomará como parâmetro o grau de eficiência dos sistemas com a consequente redução do consumo de energia por m3. Investimentos serão carreados para esta finalidade ao longo dos próximos dez anos e estima-se obter uma redução de custos na ordem de 10 pontos percentuais.

• Incremento da eficiência operacional

A Diretoria Executiva está implementando várias ações, principalmente na área Comercial da companhia, com o intuito de ampliar a base de clientes sobre a atual planta operacional. Busca-se como meta para os próximos cinco anos, superar, em todos os anos, os indicadores de crescimento vegetativo apontados pelo IBGE no censo 2010, para cada município onde a CASAN detém concessão. Como reflexo direto desta ação, o indicador que relaciona o número de ligações por empregado sofrerá uma substancial e contínua melhora.

• Aumento de receitas

Como resultado direto das ações de eficiência operacional e de combate às perdas físicas e aparentes de água, a CASAN vislumbra para os próximos cinco anos um crescimento nas suas receitas acima da tradicional expectativa.

Outro vetor para a ampliação das receitas é a mudança na postura do negócio da Companhia. A Diretoria buscará, por meio de ações objetivas e segmentadas, ampliar o atendimento aos grandes clientes, oferecendo soluções diferenciais, como, por exemplo, a instalação da telemetria, para que o consumidor possa controlar a micromedição via internet.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quantitativo de Pessoal

HISTÓRICO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Admissões	126	176	115	179	97	63	112	137	220	163
Demissões	146	88	140	178	152	132	326	171	106	120
Reintegrações	3	5	7	3	3	7	6	1	3	11
Quantitativo	2335	2428	2410	2414	2362	2300	2092	2059	2176	2238

Dentre os 2238 empregados, 12,24% são enquadrados no grupo ocupacional de nível superior; 23,82% no grupo de apoio técnico administrativo e, 63,94% são ocupantes de cargos operacionais.

Plano de Cargos e Salários

Através do Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011 a CASAN modernizou sua política de Recursos Humanos ao aprovar as alterações do Plano de Cargos e Salários. Uma das modificações realizadas foi a retomada do processo de Avaliação de Desempenho, que permite à empresa relacionar o cumprimento de movimentações funcionais com o alcance de metas globais, setoriais e capacitação de seus empregados.

O processo de Avaliação de Desempenho é constituído por três etapas, a Avaliação Institucional, que mede o alcance das metas propostas para a empresa, divididas por Superintendências; a Avaliação Funcional, que visa identificar o desempenho individual do empregado em sua atuação profissional; e, por fim, são consideradas as metas de Capacitação Profissional, no intuito de incentivar e valorizar a participação em eventos de treinamento e capacitação, visando um quadro melhor preparado aos desafios do setor de saneamento. A Avaliação de Desempenho é um processo anual, no qual os colaboradores são avaliados considerando competências fundamentais para o desempenho de suas atribuições.

Em 2012 foram realizadas as avaliações referentes ao interstício de 2011, sendo 1801 empregados avaliados em todo o estado.

Universidade Corporativa

Em 2011 a CASAN deu um grande passo com o intuito de proporcionar aos seus colaboradores oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional necessários ao cumprimento da função social da Companhia.

Em direção à promoção de uma consciência sobre a destacada importância de suas atividades e o papel do colaborador-cidadão como agente de transformação, além da busca pelo aprimoramento contínuo do conhecimento, foi criada a UNICASAN. Neste sentido, a CASAN concentra esforços no processo de modernização das áreas de treinamento e desenvolvimento, com comprometimento de todo o corpo diretivo, gerencial e funcional para o atendimento das diretrizes empresariais, especialmente no que se refere à melhoria da qualidade dos serviços, através da gestão de pessoas.

A UNICASAN tem como um de seus princípios a construção de comunidades de aprendizagem e prática, contribuindo para a sedimentação da cultura e educação continuadas, com a transformação, sequencial e cíclica, das atitudes, percepções, crenças e valores dos empregados e demais agentes da sociedade, permitindo crescente desenvolvimento profissional e pessoal e a elevação do grau de integração entre os colaboradores diretos, indiretos e demais parceiros da CASAN.

Treinamento e Desenvolvimento

Dando continuidade ao processo iniciado no ano de 2011, em 2012, as ações de treinamento, capacitação e desenvolvimento, foram intensificadas e valorizadas. Com objetivo de atender as demandas com a capacitação em novas ferramentas de trabalho e novas tecnologias, a CASAN está preparando seu quadro funcional de forma sistemática através de Treinamentos on the job (no trabalho), cursos formais, visitas técnicas, cursos on-line, encontros e congressos.

Em 2012 foram disponibilizados 332 (trezentos e trinta e dois) eventos internos e 851 (oitocentos e cinquenta e um) eventos externos, gerando 9.565 (nove mil quinhentos e sessenta e cinco) oportunidades de capacitação e desenvolvimento aos colaboradores, totalizando uma carga horária de aproximadamente 20 mil horas e com investimentos financeiros na ordem de R\$ 230.656,23 (duzentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos).

Auxílio Educação

A CASAN buscando melhorar a formação educacional, a qualidade e o aperfeiçoamento do seu corpo técnico criou o Programa Auxílio Educação, beneficiando 197 (cento e noventa e sete) colaboradores estudantes que freqüentaram, no período de 2012, cursos técnico, tecnólogo, graduação e pós-graduação e 28 (vinte e oito) colaboradores que frequentaram cursos de língua estrangeira.

O empregado estudante conta com uma ajuda de custo de 50% sobre a mensalidade paga à instituição de ensino, que totalizou o montante de R\$ 499.768,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais) repassados aos empregados na forma de subsídio.

Grau de Escolaridade / 2012

ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO
Doutorado	4
Mestrado	31
Especialização	167
Superior Completo	456
Superior Incompleto	237
Ensino Médio Completo	823
Ensino Médio Incompleto	83
Ensino Fundamental Completo	324
Ensino Fundamental Incompleto	113
TOTAL	2238

Programa de Estágio

O Programa de Estágio é mantido através de convênio com as Instituições Educacionais públicas e privadas, em conformidade com a Lei 11778/2008. Visa proporcionar aos estudantes regularmente matriculados em cursos de 2º grau – nível médio, profissionalizante e universitário, com estágios obrigatórios e não-obrigatórios. O estagiário estudante recebe bolsa auxílio e auxílio transporte, possibilitando uma integral formação profissional, através do treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, proporcionando ao estudante uma experiência inicial de preparação ao mercado de trabalho que será inserido.

Em 2012 a CASAN admitiu 183 estagiários, com custos de R\$ 1.016.180,22 (um milhão, dezesseis mil, cento e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Programa de Demissão Voluntária Incentivada/PDVI

O Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, aprovado através da Resolução nº 10, de 15 de março de 2006 do Conselho de Política Financeira do Governo do Estado, foi instituído com o objetivo de propiciar redução das despesas considerando o potencial existente de empregados com idade para adesão ao PDVI, bem como, a renovação do quadro de pessoal, aliado ao fato de que os desligamentos devem ocorrer de forma digna e segura, encerrando um ciclo com o cumprimento do importante papel social que a empresa vem desempenhando junto aos seus empregados. Foi focado em dois subprogramas:

- Com Indenização Mensal - Para empregado com idade entre 50 a 58 anos incompletos na data da adesão, com mais de 10 anos de serviços prestados à Empresa.
- Com Indenização Única - Para empregado com qualquer idade e com mais de 10 anos de serviços prestados à empresa.

Desde a sua aprovação e início das rescisões, o Programa vem gradativamente apresentando resultados satisfatórios com redução das despesas de pessoal estimada até o dezembro de 2019 (final do pagamento das indenizações), em R\$ 200.626.238,30, resultado dos 537 desligamentos ocorridos até abril de 2012, data final das demissões.

Balanco dos Desligamentos PDVI – 2006/2012

PDVI	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Desligamentos Ind. Mensal	32	44	33	197	61	38	20	425
Indenização Mensal	701.597,24	5.703.059,53	8.082.867,41	17.728.299,89	23.075.053,96	27.220.786,66	28.092.525,09	110.604.189,78
Desligamentos Ind. Única	38	24	20	22	6	2	1	113
Indenização Única	2.552.968,15	1.278.091,25	1.351.862,54	1.080.948,21	359.082,24	116.359,08	76.239,14	6.815.550,61

* Indenização Mensal: Valores atualizados com base na folha mensal do PDVI para o mês de Dezembro/2012.

** Indenização Única: Valores atualizados, tendo como base o INPC do período.

OBS: Os valores apresentados se referem ao comparativo entre o valor das indenizações e o custo se os empregados permanecessem na empresa.

Concurso Público

O Concurso público realizado em 17 de julho - Edital 001/2011, disponibilizou cadastro de 7263 candidatos classificados para diversos cargos, sendo que destes já foram admitidos 280 até 31 de dezembro de 2012.

Em 2012 a Casan abriu inscrições para realização do Concurso Público – Edital 001/2012, disponibilizando 15 vagas para cargos de nível médio e técnico, além de formação de cadastro de reserva para cargos de nível médio, técnico e superior. Ao todo foram 6.898 candidatos inscritos que realizarão as provas em janeiro de 2013.

Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho

Garantir saúde, segurança e qualidade de vida às pessoas faz parte dos objetivos da Casan. Para manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, a empresa tem em seu quadro funcional profissionais de Engenharia, Medicina e Enfermagem; técnicos em Segurança do Trabalho e Assistentes Sociais. Em conjunto, esses profissionais desenvolvem atividades voltadas para a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, por meio de programas específicos.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem como objetivo promover e preservar a saúde dos colaboradores da Casan, proporcionando bem-estar no trabalho e o consequente aumento de produtividade e da eficácia dos processos produtivos. Em 2012 foram realizados todos os procedimentos (exames médicos ocupacionais) e ações (cursos, palestras, campanhas de vacinação, implantação de ginástica laboral na Matriz e Superintendências, entre outros) previstos no PCMSO.

Durante o exercício foram elaborados Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCATs) e realizadas diversas ações determinadas pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), para antecipação e reconhecimento de riscos aos quais os colaboradores da Casan possam ser submetidos em suas atividades cotidianas. Assim, foram estabelecidas prioridades e metas de avaliação, além de serem implantadas medidas de controle e monitoramento da exposição dos colaboradores a riscos, bem como de treinamentos na área da prevenção de acidentes e conscientização quanto ao uso dos EPs (Equipamentos de Proteção Individual).

A área de Segurança do Trabalho busca definir criteriosamente quais os EPs adequados para cada risco existente, garantindo a proteção dos trabalhadores no exercício de suas atividades laborais.

A Casan conta também com a atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), presente em todas as agências do estado que possuem número igual ou superior a 20 empregados. Com o objetivo de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho. A CIPA busca a melhoria das condições de trabalho, a preservação da vida e a promoção da saúde dos colaboradores e realiza evento anual de SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) com atividades educativas em saúde e segurança, buscando a participação dos empregados e terceiros.

Plano de Saúde

Por meio de contrato com a Unimed, oferece cobertura para consultas médicas, exames laboratoriais, internações hospitalares e atendimentos em clínicas especializadas – extensivos aos dependentes. Conforme previsto em Acordo Coletivo, os empregados participam do custeio do plano, pagando uma mensalidade que varia conforme a remuneração, além de um percentual de co-participação, de acordo com o serviço utilizado – para exames e consultas, pois, cirurgias e internações são isentas da co-participação.

Plano Odontológico

Por meio de contrato com a Uniodonto, oferece tratamento odontológico aos colaboradores

e seus dependentes, com participação dos colaboradores no custeio por meio de uma mensalidade prevista em Acordo Coletivo.

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Fornecimento de vale-alimentação ou vale-refeição.

Auxílio-Creche

Colaboradores que têm filhos com idades entre 0 e 6 anos incompletos recebem reembolso correspondente a 39,512% da menor referência da escala salarial do Plano de Cargos e Salários (PCS) para pagamento de creches e pré-escola, cuja escolha fica a critério do colaborador.

Complementação de Auxílio Doença

Complementa o salário recebido do INSS quando o colaborador é afastado por motivo de doença ou acidente do trabalho. A remuneração é complementada nos primeiros 30 dias de afastamento ou pelo período necessário em casos de doenças graves (conforme Lei Federal nº 8112 art. 186), com regulamento previsto em Acordo Coletivo.

Auxílio e Licença ao Colaborador com Filho ou Cônjuge Portador de Necessidades Especiais

Conforme estabelece o Plano de Cargos e Salários da Companhia, os colaboradores que possuem filho ou cônjuge incapacitado para a vida independente e para o trabalho recebem auxílio da Companhia. O valor desse auxílio corresponde a 39,512% da menor referência do PCS.

GESTÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO E DE APOIO**Tecnologia da Informação – Principais Programas e Projetos 2012****Programa de Atualização Tecnológica**

Com o objetivo de modernizar o parque de equipamentos de informática, foram investidos R\$545.000,00 na aquisição de 30 (trinta) computadores para suprir a necessidade das Superintendências na demanda de novas contratações. Também foram adquiridos 220 (duzentos e vinte) Think Clients, que substituirão os equipamentos anteriores a 2005.

Programa Atendimento ao Cliente

A Gerencia de informática e a Gerencia Comercial desenvolveram um projeto, com investimento de R\$ 850.000,00, para dotar as maiores agências com equipamentos de autoatendimento, visando o pagamento das faturas via cartão de debito, investimento de R\$ 850.000,00.

Para adequação às exigências da Portaria 1.510 do MTe, foram investidos de R\$ 230.000,00, na aquisição de 48 (quarenta e oito) Registro Eletrônico de Ponto a serem instalados nas Agências.

Também foi elaborado Termo de Referencia para aquisição de software para Gestão de Projetos e Obras a ser implantado em 2013, investimento de R\$ 1.300.000,00.

Licitação e Contrato

No ano de 2012 houve um incremento na ordem de 46% nas contratações realizadas em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 130.489.617,70. Sendo que 58% deste valor foram contratados por meio da modalidade de Concorrência Pública, modalidade esta que representa a contratação de obras e serviços, seguida da modalidade Pregão Presencial, modalidade em que ocorrem, em sua maioria, as compras de materiais para a Companhia, com uma participação de 21% do valor contratado em 2012.

Valores Contratados nos Processos Licitatórios Efetuados - 2007/2012

MODALIDADE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL PERÍODO	%
Convite	1.756.986,68	1.979.266,86	1.681.165,74	1.959.692,20	1.319.487,51	1.202.560,21	9.899.159,20	1%
Pregão Eletrônico	16.319.922,16	11.492.670,96	6.405.110,42	6.267.072,49	12.602.066,98	12.513.379,59	65.600.222,60	9%
Pregão Presencial	8.482.045,13	28.327.821,52	55.436.913,14	49.390.636,00	38.485.749,48	27.034.027,94	207.157.193,21	27%
Concorrência Pública	5.175.869,52	150.658.085,81	53.432.923,93	70.316.793,68	25.142.050,68	76.908.169,13	381.633.892,75	50%
Tomada de Preços	6.578.380,02	5.531.377,80	8.344.057,74	8.706.513,92	7.384.784,71	5.459.131,73	42.004.245,92	6%
Contratação Direta	1.622.285,96	1.395.989,39	1.301.711,40	1.494.288,05	1.413.154,99	1.545.614,97	8.773.044,76	1%
Inexibilidade	532.781,83	7.876.023,02	4.297.940,00	469.407,57	1.623.732,92	2.058.615,16	16.858.500,50	2%
Dispensa Licitação	6.111.895,34	14.070.424,32	4.881.436,00	1.307.390,89	1.138.787,11	3.768.118,97	31.278.052,63	4%
TOTAL	46.580.166,64	221.331.659,68	135.781.258,37	139.911.794,80	89.109.814,38	130.489.617,70	763.204.311,57	100%

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O principal compromisso socioambiental da CASAN é prestar serviços de qualidade no fornecimento de água potável e de coleta, transporte, tratamento e destinação final de esgotos sanitários.

A CASAN planeja e gerencia o processo de licenciamento ambiental e de outorga de direito de uso da água de seus sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, das novas obras, como também, da adequação de instalações existentes (ETE/ETA e outros) para que estes possam operar em conformidade com a legislação ambiental pertinente.

Ações Ambientais da CASAN

No ano de 2012, a CASAN desenvolveu as seguintes atividades com enfoque nas questões ambientais:

- 1) Execução, Gestão e Acompanhamento de Estudos e programas ambientais, objetivando a sustentabilidade dos empreendimentos da companhia;
- 2) Acompanhamentos de Licenciamento Ambiental junto aos órgãos responsáveis para os Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES, Poços Profundos e Transporte de Produtos Químicos Perigosos;
- 3) Cadastramento dos mananciais utilizados pela CASAN para abastecimento público com a finalidade de obtenção da Outorga de Direito de Uso da Água, junto a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- 4) Participação em eventos de educação ambiental, tais como: o 1º Seminário de Apresentação de Trabalhos Técnicos da Bacia do Rio Cubatão promovido pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão e Participação na Semana Arte Vida Verde - SESC Cacupé, ocorrido nos dias 11, 12 e 13/09/2012 e na 2ª Expedição no rio Cubatão Sul, ocorrida em novembro de 2012, com o objetivo de levantar o diagnóstico das condições ambientais deste importante manancial;
- 5) Participação de Vistoria Técnica na área de contribuição hídrica da Lagoa do Peri, sob coordenação da FLORAM;
- 6) Programa de Educação Ambiental no SES POTECAS, em São José - foi realizado o trabalho de educação ambiental nas escolas municipais situadas no entorno da ETE Potecas, a Escola Municipal de Potecas e a Escola Maria Hortência com cerca de 450 alunos do ensino fundamental, no período de julho a novembro/2012;
- 7) Participação nos Conselhos, Câmaras Técnicas, Comissões, Grupos de Trabalho e Fóruns dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), e;
- 8) Coordenação de Pesquisa em parceria com a UFSC com apoio da FAPESC para avaliação de alternativas para a utilização do lodo das ETES da CASAN, com investimentos no valor de R\$ 163.200,00.
- 9) Início do estudo oceanográfico do Sul da Ilha (Florianópolis) - Emissário Submarino
- 10) Licenças obtidas: SES Criciúma; SES Catanduva; SES Florianópolis (Canasvieiras); SES Florianópolis/São José (Potecas); SES São José (rede coletora); SIA Florianópolis (ETA Morro dos Quadros); SAA Florianópolis (Lagoa do Peri); SAA Água Doce, etc.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tarifa Social

Com o objetivo de universalizar os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos sanitários, a CASAN possui uma tarifa diferenciada denominada Tarifa Social. Ela tem um valor especial, é destinada à população de baixa renda e visa a inclusão social dessas pessoas, ofertando a elas acesso a serviços de qualidade e com reflexos diretos na saúde e no bem-estar. No ano de 2012, mais de 40 mil pessoas foram beneficiadas pela Casan com a Tarifa Social. Podem ser enquadradas nessa tarifa famílias que têm imóvel de até 70 metros quadrados de área construída para fins residenciais, com renda de até dois salários mínimos e não possuem veículo automotor e linha telefônica fixa.

Programa profissionalizar adolescentes

O Programa Jovem Aprendiz trata-se de um programa social que tem por base oportunizar a inclusão no mercado de trabalho de adolescentes e jovens, pertencentes a grupos em situação social vulneráveis, que propicia ações educativas, buscando assegurar a prática da cidadania,

valores éticos e profissionais bem como a capacitação para o mundo corporativo. Com carga horária de quatro horas de trabalho diário, além de um salário mensal, o aprendiz recebe auxílio alimentação e vale transporte.

No ano de 2012 passaram pelo programa em torno de 90 jovens.

O programa de aprendizagem é desenvolvido em parceria com o CIEE - Centro de Integração Escola Empresa/SC, na forma da Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000).

Investimento Social e Apoio Institucional

Com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Santa Catarina, a Casan investiu em incentivos fiscais, contribuindo com doações financeiras e apoio material para a implementação de projetos em todo o Estado.

Em 2012 foram mais de R\$ 200 mil reais aplicados em apoios a ações culturais, esportivas, ambientais e sociais, fundamentados na Lei de Incentivos Fiscais (Lei Rouanet) entre eles os destaques:

Construção do Memorial dos 100 anos do município de Forquilha; Construção do Centro de Eventos de Colônia Escada no Município de Irineópolis; Songbook Xica da Silva O Musical; 4º Festival Internacional de Danças Folclóricas de Criciúma e Ponte Hercílio Luz: Patrimônio de Santa Catarina.

Canais de atendimento e comunicação

Central de atendimento telefônico: (Call Center / Serviço 0800) atendimento telefônico gratuito, durante 24 horas, ininterruptamente, para acatamento de alguns serviços comerciais, operacionais e de manutenção. Atende cerca de 33.650 ligações por mês.

- Agências com atendimentos presenciais: 203 agências com atendimento presencial.
- Agências Móveis: a CASAN possui um trailer equipado com o sistema comercial que permite o atendimento ao cliente em diversos locais.
- Atendimentos Conveniados Presenciais: são 4 postos de atendimentos, localizados no município de Florianópolis, com horário das 10h às 16h, atendendo em média, 2.023 clientes por mês.
- Atendimento virtual: Loja virtual na internet, onde é possível imprimir segunda via, alterar endereço de entrega, alterar data de vencimento, imprimir declarações de quitação anual de débito, certidão negativa de débito entre outras pesquisas comerciais. E o Fale Conosco, que faz a comunicação entre empresa e mais de 790 clientes mensalmente, onde por meio da participação e ação de seus clientes, a CASAN realiza modificações e aperfeiçoamentos nos seus produtos e serviços, através do envio de sugestões, solicitações, reclamações, elogios ou denúncias por meio do formulário que poderá ser acessado através do Fale Conosco. Outro canal onde a Companhia adota o atendimento ao Cliente visando assim mais um fator de facilidade no atendimento comercial e operacional da empresa.

Ouvidoria

A Ouvidoria Geral do Estado foi instituída através de Lei Complementar 381 de 07.05.2007 com o intuito de implantar um canal de comunicação e atendimento direto entre o Estado e o cidadão.

A Ouvidoria da CASAN foi criada juntamente com a Ouvidoria Geral do Estado, estando em funcionamento desde maio de 2008.

Esclarecemos que todos os atendimentos entram via Ouvidoria Geral do Estado, onde há uma equipe de atendentes para receber as demandas, as quais são encaminhadas para Ouvidoria da CASAN através do site da OGE (Ouvidoria Geral do Estado), que são direcionados as Diretorias competentes por cada demanda às quais tomam as providências necessárias, responde à Ouvidoria da CASAN que analisa se as providências estão de acordo com a expectativa do cliente, Normas da CASAN, Legislação Vigente, etc.

Após todas as verificações necessárias e o aceite da resposta, a Ouvidoria da CASAN elabora a resposta definitiva que é encaminhada para a Ouvidoria Geral do Estado, a qual responde ao cidadão.

Esclareço que todas as Diretorias estão informadas que o prazo legal para responder a Ouvidoria Geral do Estado, conforme previsto no Decreto nº 1027, de 21 de janeiro de 2008, Seção II, Art. 10, Item XII, que prevê um prazo de 05 (cinco) dias para resposta ao cidadão.

Pelo fato da Ouvidoria da CASAN ser ligada à OGE, e tendo a OGE uma central de atendimento via telefone e site, a Ouvidoria da CASAN não dispõe de canal de atendimento

direto ao cliente.

No ano de 2012 foi criada a OUIDORIA DA AGESAN = Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina e a OUIDORIA DA ARIS = Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, as quais também recebem atendimentos de cliente e passam para a Ouvidoria da CASAN através de site próprio.

Em 2012 foram protocolados da OUIDORIA GERAL DO ESTADO 998 atendimentos, da OUIDORIA AGESAN 103 atendimentos e da OUIDORIA da ARIS 08 atendimentos.

Totalizando 1.109 atendimentos.

Apoio a projetos diversos

Prêmio CASAN de Jornalismo

Concurso voltado para jornalistas da mídia impressa e de televisão que tenham publicado e exibido, durante o ano, reportagens sobre assuntos e ações que visem estimular a necessidade de se investir no setor de água e saneamento básico com ênfase às novas tecnologias e preservação do meio ambiente.

Os vencedores do 1º Prêmio Casan de Jornalismo em Saneamento foram conhecidos no início do ano de 2012, em ato que também marcou o encerramento das comemorações dos 40 anos de fundação da Casan, iniciados em 2011. Os grandes vencedores foram os repórteres Naim Campos, da RBS TV, autor da reportagem "Aquífero Inglês: a gigante fonte natural de água potável do Norte da Ilha", e Maiara Gonçalves, do Jornal Notícias do Dia, que recebeu o prêmio de melhor reportagem impressa pela matéria "Esgoto que vira água e adubo". Cada um recebeu o prêmio de R\$ 4 mil, além de troféu e certificado. Foram premiados ainda os segundos e terceiros lugares das categorias jornal e televisão e concedidas duas menções honrosas por participação regional destacando veículos de imprensa do Vale do Itajaí e Região do Extremo Oeste.

Dos diversos trabalhos inscritos de todas as regiões do estado, foram selecionados três vencedores em cada categoria – jornal e televisão –, que receberam prêmios de R\$ 4 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, cada, respectivamente do primeiro ao terceiro colocado, além de troféus e certificados. Foram concedidas também duas menções honrosas por participação regional com ênfase ao tema saneamento básico. A premiação total chegou a R\$ 14 mil.

O concurso teve o apoio institucional da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), Associação Catarinense de Rádio e Televisão (Acaert), Associação dos Diários do Interior (ADI), Associação dos Jornais do Interior (Adjori) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina (SJSC).

Projeto Cidadão do Bem

Trata-se de um projeto que objetiva levar cidadania à população a partir do oferecimento de uma série de serviços gratuitos. A partir de trabalhos voluntários, o projeto proporciona a emissão de documentos (certidão de nascimento, CPF, CTPS), corte de cabelo, escovação dentária, exames de hipertensão e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros serviços prestados. Além disso, atividades ligadas às áreas de trabalho, educação, saúde e lazer foram colocadas à disposição do público.

Comunicação

As atividades de comunicação durante o ano de 2012 mostraram a importância de se manter a base de um trabalho voltado para a transparência e agilidade nas informações prestadas.

Destacamos a campanha Lixo, que através da publicidade em televisão, rádio, jornal, mídia eletrônica e busdoor, buscou uma linha de comunicação que realça a importância da conscientização sobre o que não deve ser descartado numa rede de esgoto sanitário.

Destaque também para a Campanha sobre as obras do Sistema de Esgoto Sanitário do município de Laguna. A publicidade em Rádio, Jornal e busdoor, buscou mostrar à população do município a importância de um sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. O transtornos são passageiros, mas os benefícios permanentes.

Outros destaques foram as Campanhas de Obras e PROCRER-Programa de Recuperação de Receitas. As publicidades em TV, Rádio, Jornal, mídia eletrônica e busdoor buscaram uma linha de comunicação que objetivou levar aos clientes informações do que está sendo investido em saneamento no Estado de Santa Catarina e, no caso do PROCRER informar dos benefícios que a Empresa oferece para os clientes que se encontram inadimplentes, oferecendo descontos de até 100% de multas e juros e parcelamento em até 10 vezes.

PLANEJAMENTO

Agenda de Gestão Estratégica

Para garantir que as metas inseridas nos Contratos de Programas firmados com os municípios sejam cumpridos, a Diretoria Executiva adotou uma Agenda de Gestão Estratégica 2011/2014, que tem seus objetivos orientados na concepção de ações com foco nas seguintes diretrizes: (1) *Sustentabilidade Empresarial* - garantir a permanência no mercado, buscando equilíbrio das dimensões econômico-financeira, ambiental e social; (2) *Poder Concedente* - atender aos anseios e as expectativas do principal cliente; (3) *Usuários e Consumidores* - satisfazer de suas necessidades, com uma eficiente prestação de serviços e dar destaque a marca CASAN; (4) *Processos Internos* - focar na logística, na gestão de custos, na redução

dos impactos ambientais relacionados com suas atividades finalísticas; (5) *Função Social e Ambiental* - atuar ativamente considerando a responsabilidade no desenvolvimento econômico e social do município, bem como agente de preservação ambiental e de saúde pública e (6) *Gestão de Pessoas* - aperfeiçoar à capacidade técnica e comportamental de seus gerentes e funcionários para realizarem tarefas e executar suas funções, que refletirão na qualidade dos serviços prestados.

Dentre as 38 (trinta e oito) ações que compõem a Agenda, em 2012 se destacaram:

Estratégias e metas para ampliação das concessões (ação 02): Priorizada a meta da assinatura dos 30 (trinta) maiores municípios. Em 2012 foram firmados Contratos de Programas com os municípios de Florianópolis, Biguaçu, Laguna, Criciúma, Rio do Sul, Canoinhas e Ibirama.

Estudo de viabilidade econômico-financeiro de cada contrato de programa (ação 03): Realizados 27 (vinte e sete) estudos baseados nas informações inseridas nos Planos Municipais de Saneamento Básico PMSB mensurando seu impacto a curto, médio e longo prazo dessas concessões.

Diagnóstico técnico-operacional/ambiental nos SAA (ação 05): Com base nos relatórios de inspeção das agências reguladoras, foram estabelecidas prioridades para elaborar um plano de reabilitação das unidades operacionais.

Programa de captação de recursos para investimentos (ação 10): Para implantação e ampliação dos SAA e SES, visando atender as demandas dos Planos Municipais de Saneamento Básico está previsto investimentos para o período 2011-2017 no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhões que conta com o apoio da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de aportar uma parcela significativa de recursos próprios na forma de contrapartida aos contratos.

Plano de Segurança da Água, (ação 17): com ênfase na sustentabilidade ambiental, focando o controle da qualidade dos mananciais de água e, atendendo as determinações da Portaria 2.914/2011 – MSaúde, foi elaborado e implantado projeto piloto o Manual de Avaliação de Boas Práticas de Operação – Barreiras de Proteção dos Sistemas de Abastecimento de Água.

Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD (ação 26): Com base na metodologia do AMD/36/2008, foram estabelecidas metas competitivas para as Superintendências Regionais.

Programa do Gerenciamento de Riscos (ação 30): Está sendo elaborado o Termo de Referência para contratação de consultoria, tendo com base a metodologia e critérios da NBR ISO 31.000 para gerenciamento dos riscos nos processos de gestão dos SAA e SES.

Recadastramento dos consumidores (SAA) e usuários (SES) (ação 34): Iniciado o processo de recadastramento com foco na identificação fidedigna do quantitativo populacional, objetivando a recuperação de receitas, o estabelecimento do perfil de consumo, área de abrangência das redes dos SAA e SES, identificação de ligações clandestinas, perdas físicas e comerciais.

Programas de Ensino Corporativo (ação 35): Criada a UNICASAN – Universidade Corporativa CASAN, voltado ao aperfeiçoamento/capacitação dos servidores de todos os níveis, preparando-os para que possam desenvolver suas atividades em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos.

Planos Regionais de Saneamento Básico (ação 36): Com base no Decreto 7.217/2010 e tendo como referência os Planos Municipais de Saneamento Básico, foi criado grupo de trabalho para elaborar estudos visando propor ações, de forma sistêmica, para atender as demandas relativas a investimentos em obras, manutenção, operação e melhorias operacionais dos SAA e SES dos municípios abrangidos pelos referidos planos.

Alternativas de estruturas tarifárias (ação 37): Está sendo realizados estudos para elaboração de propostas visando atender as exigências regulatórias, considerando a metodologia do custo marginal, a tarifa média e máxima permitida, a tarifa praticada e a tarifa necessária para novos investimentos, objetivando a sustentabilidade econômico-financeira no município.

Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD

Atendendo um dos requisitos para habilitação aos recursos financeiros do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a CASAN assinou em 14/junho/2011 o Primeiro Termo Aditivo do Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD - nº 36, de 16/dezembro/2008, que tem por objetivo, dentro outros, o estabelecimento de novas metas, estendendo-as até 2015. O Acordo foi celebrado com a União, por intermédio do Ministério das Cidades com interveniência da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Formalizando a repactuação do AMD - 2005/2009, assinado com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA em 02 de junho de 2005, nos termos da Instrução Normativa nº 05, de 22/janeiro/08 do Ministério das Cidades.

São os objetivos a serem alcançados com a execução do Acordo: a) Aumentar a disponibilidade de caixa; b) Reduzir o índice de evasão de receitas; c) Reduzir os dias comprometidos com contas a receber; d) Reduzir o índice de perdas por ligação; e) Reduzir o índice de perdas de faturamento; f) Aumentar o índice de hidrometração; g) Aumentar o índice de macromedição; h) Aumentar o índice de produtividade de pessoal total.

Metas no Acordo de Melhoria de Desempenho - 2011/2015

ITEM	INDICADOR	UNIDADE	METAS PREVISTAS				
			2011	2012	2013	2014	2015
1	Indicador de Suficiência de Caixa	%	115	115	115	115	115
2	Índice de Evasão de Receitas	%	5	5	5	5	5
3	Dias de Faturamento Comprometidos Contas a Receber	dias	90	90	90	90	90
4	Índice de Perdas por Ligação	L/(dia.lig.)	315	300	285	270	250
5	Índice de Perdas de Faturamento	%	25	25	25	25	25
6	Índice de Hidrometração	%	95	95	95	95	95
7	Índice de Macromedicação	%	59	63	68	72	75
8	Índice de Produtividade de Pessoal Total (equivalente)	lig./empr.	250	250	250	250	250

Os indicadores que monitoram o desempenho da CASAN estão incorporados ao processo de acompanhamento das metas, servindo de parâmetros para decisões gerenciais. Nos indicadores do AMD, também estão incluídos os critérios de avaliação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA que, anualmente a CASAN contribui com a disponibilização de dados e informações dos seus SAA e SES.

Programa de Gestão por Resultados – PGR

O PGR foi reeditado, como versão 2012, a partir da necessidade de se promover o “equilíbrio dos balizadores de desempenho institucional da CASAN”, o que se traduziu em 11 indicadores de desempenho que compõem o PGR, e que está sendo avaliado em cada um dos municípios que integram o sistema CASAN.

Esses indicadores representam o desempenho econômico, financeiro, operacional e social da empresa e estão alinhados na busca da excelência na prestação dos serviços que sempre foi uma exigência dos nossos clientes e usuários. Contudo, a partir da “nova ordem” das Agências Reguladoras, esses indicadores tornam-se cada dia mais imperativos de serem cumpridos, sendo de fundamental importância nas tomadas de decisões.

Em agosto de 2012 foi avaliado o primeiro relatório do PGR, por município, onde se pode perceber que os pontos fortes e fracos de cada agência, e iniciado o trabalho de disseminação da ideia central do PGR em cada superintendência, com a presença de todos os chefes de agência, onde propomos que o PGR seja o elo entre a ponta (agência) e a Diretoria Executiva, buscando agilidade na promoção da eficiência da superintendência como um todo.

Foi elaborado um cronograma de reuniões mensais, aprovado por Resolução de Diretoria, que ocorrem concomitantemente nas quatro superintendências, onde se busca a interação de todos os chefes, gerentes e superintendentes, com a participação da equipe técnica da DR.

Os resultados dos indicadores do PGR são classificados conforme uma escala de valores,

onde são atribuídos aos resultados uma nota (de 1 a 5, quanto maior melhor) e um conceito (péssimo, ruim, regular, bom e ótimo). Isso é feito por tipo de agência, para evitar comparações desiguais, e ao final teremos uma classificação da posição das agências de maneira regional (superintendência) e de maneira global (CASAN). Os resultados são divulgados bimestralmente. A confecção dos relatórios, com os resultados e classificações é gerenciada por um software específico desenvolvido pela nossa Gerência de Informática, o qual já está operacional.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que utilizou os serviços de auditoria independente da Audimec Auditores Independentes S/S para auditoria de suas demonstrações financeiras e a revisão especial de suas informações trimestrais do exercício findo em 31/12/2012, cujos honorários totalizaram R\$ 57 mil.

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a Audimec Auditores Independentes S/S.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Agradecimentos

Agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, João Raimundo Colombo, aos Prefeitos dos Municípios Concedentes, aos senhores acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, prestadores de serviços e a todos os empregados da CASAN, pela confiança e apoio recebidos na tarefa de universalizar os benefícios do saneamento básico a todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM

Em milhares de reais

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM			PASSIVO	Em milhares de reais		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		Reclassificado	Reclassificado	CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	12.422	9.161	11.563	Empréstimos e financiamentos (nota 15)	107.066	108.403	27.379
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	22.288	63.184	18.388	Fornecedores e empreiteiros	18.778	24.748	13.138
Contas a receber de clientes (nota 9)	124.412	104.822	89.760	Partes relacionadas (nota 21)	15.920	16.595	8.655
Partes relacionadas (nota 21)	2.560	3.842	2.774	Obrigações trabalhistas e previdenciárias (nota 16)	29.136	26.575	25.380
Estoques (nota 10)	28.654	27.061	20.611	Plano de demissão voluntária incentivada (nota 20b)	26.788	23.733	19.990
Outros (nota 11)	66.442	62.890	34.944	Impostos e contribuições a recolher (nota 17)	34.449	13.709	5.890
	256.778	270.960	178.040	Dividendos propostos (nota 23b)	5.779	2.431	-
				Participações estatutárias (nota 21)	26	904	26
				Outros	2.689	2.567	2.694
					240.631	219.665	103.152
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos (nota 15)	130.795	150.219	181.322
Contas a receber de clientes (nota 9)	7.184	6.771	7.335	Partes relacionadas (nota 21)	76.978	80.371	69.561
Depósitos judiciais (nota 19)	79.978	88.532	65.114	Impostos e contribuições a recolher (nota 17)	71.054	76.004	40.421
Ativo fiscal diferido (nota 13)	81.229	76.558	77.434	Plano de demissão voluntária incentivada (nota 20b)	43.666	50.644	49.505
Ativo Financeiro (nota 12)	59.275	96.152	343.777	Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	211.423	222.217	223.359
	227.666	268.013	493.660	Provisão para contingências (nota 19)	139.263	124.213	132.506
				Plano previdenciário (nota 20a)	81.271	75.187	69.955
				Outros	68	68	67
				Receita diferida (nota 22)	15.489	12.025	10.279
					770.007	790.948	776.975
PERMANENTE (nota 14)				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)			
Investimentos	304	304	304	Capital social (nota 23a)	842.267	842.267	824.467
Imobilizado	28.730	28.437	27.937	Adiantamento para futuro aumento de capital	19.890	18.326	23.126
Obras em Andamento	219.394	168.316	266.318	Reserva de Reavaliação	109.396	116.798	119.014
Intangível	1.514.407	1.552.481	1.426.909	Ajuste Patrimonial	200.984	255.687	509.303
	1.762.835	1.749.538	1.721.468	Reserva Legal	4.150	3.079	2.684
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.990.501	2.017.551	2.215.128	Reserva para Fundos de Investimentos	7.293	-	-
				Reservas de lucros a realizar	52.661	41.741	34.447
					1.236.641	1.277.898	1.513.041
TOTAL DO ATIVO	2.247.279	2.288.511	2.393.168	TOTAL DO PASSIVO	2.247.279	2.288.511	2.393.168

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 24)	610.342	539.155
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(229.906)	(183.407)
LUCRO BRUTO	380.436	355.748
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(39.511)	(32.019)
Gerais e administrativas	(252.145)	(244.401)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(37.263)	(40.675)
	(328.919)	(317.095)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	51.517	38.653
RESULTADO FINANCEIRO (nota 27)		
Receitas financeiras	8.827	11.737
Despesas financeiras	(40.447)	(40.541)
	(31.620)	(28.804)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.897	9.849
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente (nota 29)	(13.944)	(1.333)
Diferido	15.465	266
	1.521	(1.067)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	21.418	8.782
Participações estatutárias	-	(878)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.418	7.904
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	715.094	715.094
(Prejuízo) Lucro por lote de mil ações	0,02995	0,01105

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	2012	2011
1. RECEITAS	630.373	594.667
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	673.552	594.058
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	(31.359)	9.850
1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.820)	(9.241)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(204.058)	(196.209)
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(49.223)	(41.860)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(146.045)	(147.562)
2.3. Outras despesas gerais	(8.790)	(6.787)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	426.315	398.458
4. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(61.248)	(38.155)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	365.067	360.303
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.827	11.737
6.1. Receitas financeiras	8.827	11.737
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	373.894	372.040
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	373.894	372.040
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta	116.303	105.140
8.1.2. Benefícios	58.300	40.532
8.1.3. FGTS	9.039	8.166
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	26.163	31.546
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais	95.471	122.563
8.2.2. Estaduais	843	968
8.2.3. Municipais	6	33
8.3. Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1. Juros	39.396	35.550
8.3.2. Outras		
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	979	1.982
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	5.976	17.656
8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.4.1. Dividendos	-	-
8.4.2. (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	21.418	7.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	2012	2011
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	21.418	7.904
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	67.262	38.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.465)	(266)
Provisão para contingências	15.050	(8.294)
Dividendos a distribuir	3.348	2.431
Alienação imobilizado	7.886	34
	99.499	39.964
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(20.003)	(14.496)
Partes relacionadas	1.282	(1.068)
Estoques	(1.593)	(6.451)
Ativos financeiro	36.877	247.625
Depósitos judiciais	8.553	(23.418)
Outros	(3.552)	(27.946)
	21.564	174.246
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e empreiteiros	(5.970)	11.610
Partes relacionadas	(4.069)	18.751
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.561	1.194
Impostos e contribuições a recolher	15.790	43.402
Outros	4.871	12.612
	13.183	87.569
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	134.246	301.779
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições imobilizado	(104.669)	(73.373)
Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização	9.817	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(734.893)
Aplicações financeiras	40.896	(44.796)
	(53.956)	(853.062)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(53.956)	(853.062)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições nos empréstimos e financiamentos	24.430	67.371
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(45.191)	(17.451)
Distribuição de dividendos	(5.779)	(2.431)
Ajuste de avaliação patrimonial	(53.253)	488.392
Compensação de INSS	322	-
Reserva para fundos de investimentos	7.293	-
Aumento de capital	-	17.800
Reserva de lucros a realizar	(6.415)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.564	(4.800)
	(77.029)	548.881
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(77.029)	548.881
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.261	(2.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.161	11.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.422	9.161

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal e para fundos de investimentos	Reserva de Lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	824.467	628.317	2.684	34.447	23.126	-	1.513.041
Subscrição de Capital	17.800	-	-	-	(17.800)	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	13.000	-	13.000
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES							
Realização da reserva de reavaliação	-	(3.335)	-	-	-	3.335	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(253.616)	-	-	-	-	(253.616)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-	1.141	-	-	-	(1.141)	-
Baixas de ativos reavaliados	-	(22)	-	-	-	22	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.904	7.904
Destinação dos lucros:							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.431)	(2.431)
Reserva legal	-	-	395	-	-	(395)	-
Reservas de lucros a realizar (nota 23c)	-	-	-	7.294	-	(7.294)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	842.267	372.485	3.079	41.741	18.326	-	1.277.898
Subscrição de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	1.564	-	1.564
Reserva para fundos de investimentos	-	-	7.293	(6.415)	-	-	878
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES							
Realização da reserva de reavaliação	-	(5.325)	-	-	-	5.325	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(59.660)	-	-	-	-	(59.660)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-	9.156	-	-	-	(9.156)	-
Baixas de ativos reavaliados	-	(6.276)	-	-	-	6.276	-
Compensação de INSS	-	-	-	-	-	322	322
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	21.418	21.418
Destinação dos lucros:							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.779)	(5.779)
Reserva legal	-	-	1.071	-	-	(1.071)	-
Reservas de lucros a realizar (nota 23c)	-	-	-	17.335	-	(17.335)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	842.267	310.380	11.443	52.661	19.890	-	1.236.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos principais:

- Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina;
- Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- Fixar e arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional através de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- Captar, envasar e distribuir água potável e/ou mineral para sua comercialização no varejo e no atacado;
- Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e
- Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia se depara com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e

disposição de esgotos sanitários, sendo que vinte e nove municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia opera serviços de água e esgoto em 197 municípios e 03 distritos (199 municípios e 04 distritos em 31 de dezembro de 2011) no Estado de Santa Catarina e 01 no Estado do Paraná. Na quase totalidade desses municípios atua mediante contrato de concessão, a maioria destes com prazo de 30 anos de duração.

Em 18 de julho de 2007 a CASAN e a Prefeitura Municipal de Florianópolis celebraram um convênio de cooperação para gestão associada em saneamento básico, aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis em 25 de outubro de 2007, que tem como objeto o compartilhamento da titularidade para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Florianópolis. O presente convênio possui prazo de vigência de 20 anos e atribui à CASAN:

- Operar, manter e conservar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, garantindo ao município suprimento adequado, eficiência, continuidade e permanência do serviço;
- Arrecadar, definir e revisar valores tarifários, pertinentes ao objetivo do referido convênio de cooperação, de acordo com a legislação vigente;
- Repassar, mensalmente, ao Fundo Municipal de Saneamento os seguintes percentuais da arrecadação bruta mensal da Companhia no município: 5%, 4%, 3%, 2% e 1% durante os anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, ajustadas à inflação durante o período de hiperinflacionário, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;

b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 12 – Ativo fiscal diferido.

Nota 14 - Permanente.

Nota 19 – Provisão para contingências.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Municipalizados, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

• Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

• Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados diretamente no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do

componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a CGU ou grupo de CGUs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

• Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

• Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais. A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão recolhidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo

valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

• Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Impostos sobre receitas

Os impostos sobre as receitas são reconhecidas para PASEP e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

o. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

q. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado.

r. Demonstração dos valores adicionados

A Companhia elaborou a demonstração dos valores adicionados (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entram em vigor para o período de três meses encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto dessas novas normas em suas informações trimestrais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a eles. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- e. Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- f. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- g. Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 são como segue:

	31 dezembro de 2012		31 dezembro de 2011		31 dezembro de 2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	12.422	12.422	9.161	9.161	11.563	11.563
Títulos e Valores Mobiliários	22.288	22.288	63.184	63.184	18.388	18.388
Contas a Receber (líquido PDD)	132.105	132.105	113.227	113.227	99.869	99.869
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(276.765)	(276.765)	(302.529)	(302.529)	(275.100)	(275.100)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(46.054)	(46.054)	(45.836)	(45.836)	(4.562)	(4.562)

Fatores de risco:

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado:

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais da mesma, o real (R\$). As moedas na quais essas transações são denominadas principalmente são: USD e euro (*).

Risco operacional:

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Numa situação extrema, poderia haver risco de escassez de água. Se existir poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, apesar do racionamento de água existir, não é previsto para os próximos anos um novo programa de racionamento

que venha impactar nas receitas da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia faz teste de *impairment* em ativos de vida útil longa útil, principalmente para o ativo imobilizado, que incluem os bens tangíveis do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar e calcular o *impairment* quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido (receita) para aposentadoria incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de

desembolsos futuros de caixa que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas de acordo com as condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os plano de previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	565.090	108.462	673.552
Deduções da receita bruta	(53.033)	(10.177)	(63.210)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	512.057	98.285	610.342
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(170.806)
Lucro bruto			439.536
Depreciação e amortização			(61.248)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(289.508)
Outras receitas operacionais líquidas			(37.263)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			51.517

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	497.603	96.455	594.058
Deduções da receita bruta	(45.987)	(8.916)	(54.903)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	451.616	87.539	539.155
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(148.187)
Lucro bruto			390.968
Depreciação e amortização			(38.155)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(273.485)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(40.675)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			(38.653)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imobilizado	28.730	28.437	27.937
Obras em andamento: água e esgoto	211.527	161.044	258.562
Ativo intangível	1.514.407	1.552.481	1.426.910
Outros	7.867	7.272	7.755
Ativos dos segmentos reportados	1.762.531	1.749.235	1.721.164
Total do ativo circulante	256.778	270.960	178.040
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	7.184	6.771	7.335
Ativo financeiro	59.275	96.152	343.777
Depósitos judiciais	79.978	88.532	65.114
Investimentos	304	304	304
Ativo fiscal diferido	81.229	76.558	77.434
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.247.279	2.288.511	2.393.168

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Metropolitana	213.272	188.927	176.319
Sul/Serra	107.482	93.428	91.508
Oeste	132.988	115.752	102.241
Norte/Vale	111.348	99.496	92.117
Total	565.090	497.603	462.185

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Metropolitana	82.147	73.621	66.500
Sul/Serra	13.962	12.024	2.428
Oeste	12.303	10.752	7.474
Norte/Vale	50	58	57
Total	108.462	96.455	76.459

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Florianópolis	133.518	119.968	110.858
Chapécó	31.174	26.572	20.927
Criciúma	42.225	38.322	35.081
Rio do Sul	15.093	15.567	12.085
São José	51.965	44.409	40.001
Outros	291.115	252.765	243.233
Total	565.090	497.603	462.185

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Florianópolis	67.513	61.157	55.791
Chapécó	10.981	9.578	6.505
Criciúma	10.761	9.134	-
São José	13.131	11.124	9.534
Outros	6.076	5.462	4.629
Total	108.462	96.455	76.459

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Despesas			
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	229.906	183.407	161.061
Vendas	39.511	32.019	26.702
Gerais e Administrativas	252.145	244.401	251.602
Total	521.562	459.827	439.365

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas			
Água	565.090	497.603	462.185
Esgoto	108.462	96.455	76.459
Total	673.552	594.058	538.644

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Bens Numerários	100	206	882
Bancos conta movimento	524	327	2.576
Bancos conta arrecadação	11.443	8.305	8.013
Bancos conta vinculada	355	323	92
Total	12.422	9.161	11.563

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$22.287(R\$63.184 em 31 de dezembro de 2011, R\$18.388 em 31 de dezembro de 2010), refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em instituições financeiras renomadas.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante			
Consumidores finais	89.849	78.341	68.985
Entidades públicas	33.724	28.568	24.665
Consumo a faturar	31.240	25.801	23.586
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(30.401)	(27.888)	(27.476)
Total Circulante	124.412	104.822	89.760
Não circulante			
Consumidores finais	5.911	5.442	5.481
Entidades públicas	1.273	1.329	1.854
Créditos reconhecidos como perdas	88.381	79.584	69.966
(-) Perdas reconhecidas	(88.381)	(79.584)	(69.966)
Total Não circulante	7.184	6.771	7.335
	131.596	111.593	97.095

A seguir apresenta-se o contas a receber em 31 de dezembro de 2012, segregado pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	>90 dias e >180 dias e				Total
		< 90 dias	< 180 dias	< 720 dias	< 720 dias	
Comercial	12.517	2.808	590	2.589	9.415	27.919
Industrial	1.889	321	49	261	3.016	5.536
Pública	6.027	3.392	3.231	17.607	37.609	67.866
Residencial	51.864	15.116	2.552	9.944	38.341	117.817
Consumo a faturar	31.240	-	-	-	-	31.240
	<u>103.537</u>	<u>21.637</u>	<u>6.422</u>	<u>30.401</u>	<u>88.381</u>	<u>250.378</u>
PCLD				(30.401)	(88.381)	(118.782)
	<u>103.537</u>	<u>21.637</u>	<u>6.422</u>	-	-	<u>131.596</u>

O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº 016 de 10 de abril de 2012 da AGESAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina e deliberação nº 001 de 30 de março de 2012 da ARIS- Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 8,6% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos a partir de 1º de junho de 2012.

10 ESTOQUES

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Materiais em almoxarifado	27.748	26.233	19.814
Materiais em poder de terceiros	54	54	54
Outros	852	774	743
	<u>28.654</u>	<u>27.061</u>	<u>20.611</u>

11 OUTROS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamentos a fornecedores	900	3.756	3.365
Convênios com prefeituras	26.711	17.441	13.295
Adiantamentos a empregados	1.850	1.723	372
Cauções	245	645	645
Pagamentos reembolsáveis	1.072	1.060	1.183
Impostos a recuperar	29.531	29.842	12.862
Adiantamento p/futuro aumento de capital	5.418	7.585	-
Outros créditos	715	838	1.232
	<u>66.442</u>	<u>62.890</u>	<u>32.954</u>

Os convênios com prefeituras referem-se, substancialmente, a recursos repassados aos municípios, por meio de convênio de parcerização para a manutenção e preservação de mananciais, repavimentação, gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados a medida que esses municípios prestam contas à CASAN, sendo que caso esses recursos não sejam utilizados são devolvidos a Companhia mediante depósito em conta corrente.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que romperam os mesmos, provocando ações judiciais pela CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos financeiros	Saldo Contábil	12,5% a.a	Nº anos	Ajustes	Saldo
				em 2011 e 2012	Contábil em 31/12/2012
Balneário Camboriú	6.135	3.068	7	21.473	3.067
Balneário Gaivota	967	138	2	276	829
Camboriú	1.239	620	7	4.337	619
Campo Erê	573	82	2	164	491
Canelinha	853	142	3	427	711
Capivari de Baixo	120	17	2	34	103
Corupá	639	107	3	320	532
Fraiburgo	553	276	7	1.934	277
Garuva	469	59	1	59	410
Guaramirim	2.909	970	6	5.818	1.939
Içara	2.970	1.485	7	10.395	1.485
Itajaí	4.503	2.251	7	15.759	2.252
Itapema	1.023	512	7	3.581	511
Itapoá	940	313	6	1.880	627
Joinville	31.750	15.875	7	111.126	15.875
Lages	21.204	10.602	7	74.215	10.602
Massaranduba	751	107	2	215	644
Meleiro	241	48	4	193	193
Navegantes	1.939	969	7	6.786	970
Palhoça	4.722	1.574	6	9.444	3.148
Papanduva	229	114	7	801	115
Penha	6.337	792	1	792	5.545
Porto Belo	4.108	587	2	1.174	3.521
Presidente Getúlio	1.119	186	3	559	933
São João Batista	480	240	7	1.681	240
Schroeder	518	172	6	1.035	346
Sombrio	1.304	435	6	2.608	869
Timbó	1.085	543	7	3.799	542
Três Barras	675	97	2	193	578
Tubarão	2.602	1.301	7	9.106	1.301
Total	<u>102.957</u>	<u>43.682</u>		<u>290.184</u>	<u>59.275</u>

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias, pelos investimentos feitos, contra esses municípios. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2012
Tubarão	17.000
Balneário Gaivota	2.420
Campo Alegre	1.879
Canelinha	4.094
Capivari de Baixo	955
Corupá	3.982
Fraiburgo	2.200
Guaramirim	6.535
Itapoá	3.463
Massaranduba	2.486
Meleiro	571
Palhoça	10.000
Penha	8.896
Presidente Getúlio	4.536
Porto Belo	19.852
João Batista	1.900
Camboriú	7.000
Navegantes	6.000
Içara	15.000
Balneário Camboriú	40.000
Schroeder	2.000
Sombrio	2.594
São Francisco do Sul	7.047
Barra Velha	6.000
Itajaí	30.000
Joinville	135.000
Papanduva	800
Três Barras	2.281
Timbó	5.000
Itapema	4.000
Lages	110.000
Total	463.491

A CASAN está procedendo levantamento dos ativos no município de Ilhota para posterior ingresso na Justiça pleiteando as respectivas indenizações. Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável à CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido lei municipal autorizando a avença. Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de Cálculo	IRPJ	CSLL	31 de	31 de	31 de
				dezembro de 2012	dezembro de 2011	dezembro de 2010
				Total	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.401	7.600	2.736	10.336	9.482	9.342
Programa de demissão incentivada	69.245	17.311	6.232	23.543	24.844	23.040
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44	44
Provisão para contingências cíveis	12.327	3.082	1.109	4.191	4.636	41.506
Provisão para contingências trabalhistas	126.808	31.702	11.413	43.115	37.552	3.502
	<u>238.909</u>	<u>59.727</u>	<u>21.502</u>	<u>81.229</u>	<u>76.558</u>	<u>77.434</u>

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	<u>81.229</u>	<u>76.558</u>	<u>77.434</u>
--------------------------	---------------	---------------	---------------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 2012 e 2011 são as seguintes:

Imposto de renda diferido ativo	Provisão para contingências	Obrigações previdenciárias	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Em 01 de janeiro de 2011	45.052	23.040	9.342	77.434
Creditado à demonstração do resultado	(2.820)	1.804	140	(876)
Em 31 de dezembro de 2011	42.232	24.844	9.482	76.558
Creditado à demonstração do resultado	5.118	(1.301)	854	4.671
Em 31 de dezembro de 2012	<u>47.350</u>	<u>23.543</u>	<u>10.336</u>	<u>81.229</u>

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Até 31 de dezembro de 2010 o ativo imobilizado da Companhia estava representado pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, em valor líquido equivalente a R\$997,1 milhões.

Em 2011 a Companhia procedeu, por determinação da CVM através do Ofício de Alerta / CVM/SEP/GEA-5/nº039/11, datado de 13 de outubro de 2011, a segregação dos ativos operacionais em intangível e financeiro.

Referidos ajustes atendem a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/07), que trata das Concessões dos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário. Além disso, o mencionado registro atende também o CPC-04 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como a Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05- "Contratos e Concessões", todos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 2011 a Companhia aplicou conforme determinação do OCPC 05, o *impairment* e custo de reposição dos ativos operacionais transferidos tendo como suporte Laudo emitido pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas - FEPESE.

a) Ativo Imobilizado e Intangível antes dos ajustes:

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Depreciação acumu-		Líquido	Depreciação acumu-		Líquido	Depreciação acumu-		Líquido
	Custo	lada		Custo	lada		Custo	lada	
Terrenos	37.133	-	37.133	35.065	-	35.065	35.347	-	35.347
Construção Civil	846.812	36.597	810.215	1.040.885	(358.766)	682.119	953.284	(328.440)	624.844
Equipamentos	57.543	4.010	53.533	77.221	(26.854)	50.367	73.598	(25.441)	48.157
Equipamentos de transporte	10.991	464	10.527	16.785	(5.810)	10.975	16.860	(5.946)	10.914
Móveis, utensílios e equipamentos	5.223	224	4.999	7.171	(2.482)	4.689	6.652	(2.299)	4.353
Obras em andamento	168.317	-	168.317	266.318	-	266.318	282.055	-	282.055
Outros	282	8	274	624	(344)	280	998	(344)	654
	<u>1.126.301</u>	<u>41.303</u>	<u>1.084.998</u>	<u>1.444.069</u>	<u>(394.256)</u>	<u>1.049.813</u>	<u>1.368.794</u>	<u>(362.470)</u>	<u>1.006.324</u>

Ativo Imobilizado e Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2011	Depreciação/Amortização	Baixas, Municipalizações	Aquisições	31 de dezembro de 2012
Sistema de Água					
. Produção/Distribuição	815.381	(33.269)	(10.415)	21.165	792.862
Sistema de Esgoto					
. Redes/Tratamento	730.693	(32.382)	(6.346)	29.580	721.545
Bens de Uso Administrativo	28.437	(1.611)	(942)	2.847	28.731
	1.574.511	(67.262)	(17.703)	53.592	1.543.138

Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em Andamento	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Água			
Produção	31.190	21.114	20.165
Distribuição	18.784	13.672	33.624
Estudos e projetos em elaboração	20.389	10.834	7.413
	70.363	45.620	61.202
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final	111.368	96.771	180.627
Estudos e projetos em elaboração	29.334	18.320	16.710
Outros	462	333	23
	141.164	115.424	197.360
Estoques de obras e outros	7.867	7.272	7.756
	219.394	168.316	266.318

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPUEU datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Saldo da reavaliação	838.123	815.628	180.324
Tributos sobre a reavaliação	(211.423)	(222.217)	(61.310)
Saldo da reserva de reavaliação	626.700	593.411	119.014

b) Ativo Intangível após a segregação

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Caçador	15.190	3.572	11.618	11.902	10.935
Concórdia	21.360	6.515	14.845	14.827	13.601
Chapecó	175.907	25.726	150.181	156.675	143.489
Criciúma	214.567	32.330	182.237	187.698	169.643
Curitibanos	17.102	6.081	11.021	11.279	10.449
Florianópolis	684.189	209.262	474.927	593.557	548.357
Gravatal	15.334	5.991	9.343	9.673	9.041
Imbituba	32.077	7.407	24.670	26.778	24.579
Laguna	15.218	3.765	11.453	12.855	11.814
Rio do Sul	18.248	6.261	11.987	10.936	10.217
Santo Amaro da Imperatriz	17.907	4.591	13.316	12.553	11.553
São Joaquim	58.687	4.258	54.429	55.558	50.652
São José	110.866	33.621	77.245	68.446	63.131
São Miguel do Oeste	22.654	5.978	16.676	16.772	15.330
Siderópolis	78.699	17.015	61.684	70.121	64.289
Outros	548.978	160.203	388.775	292.851	269.829
	2.046.984	532.576	1.514.407	1.552.481	1.426.909

Depreciação

As taxas de depreciação anual são as seguintes:

Imobilizado	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Construção Civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
Operações no exterior:							
International Finance Corporation - IFC	8.166	8.456	-	29.383	33.191	-	IPCA a.a fixo 6,60% + tx juros a.a 3,50%
Japan International Cooperation Agency - JICA	-	-	-	4.802	-	-	1,20% a.a.
Kreditanstalt Wiederaufbau KfW	935	859	781	2.767	3.330	3.781	4,5%+ var.cambial
	9.101	9.315	781	36.952	36.521	3.781	
Operações no país:							
Caixa Econômica Federal - CEF	10.465	11.588	14.557	32.133	40.937	49.380	9,87% + TR
Prosper	87.500	87.500	-	61.710	72.761	140.202	IPCA 12%a.a.
	97.965	99.088	14.557	93.843	113.698	189.582	
	107.066	108.403	15.338	130.795	150.219	193.363	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KfW, foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, 1 Euro equivale a R\$2,6954 em 31 de dezembro de 2012(R\$2,4342 em 31 de dezembro de 2011).

b) Em 31 de dezembro de 2012 não existem contratos de empréstimos sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2011).

c) Em 31 de dezembro de 2012 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2023.

d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ano:		
Após 2012	130.795	150.219
	130.795	150.219

Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KfW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW), no valor de DM10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

International Finance Corporation – IFC

Em 07 de outubro de 2010 a Companhia firmou contrato de abertura de crédito com o banco International Finance Corporation – IFC, para o projeto de Gestão Comercial no valor de R\$40.000 milhões, desembolsado em 08 de agosto de 2011, com taxas de juros de 3,5% a.a. + 6,6% a.a. (IPCA atualizado anualmente), tendo um total de 81 meses, com período de carência de 21 meses.

O Pagamento da dívida será trimestralmente, iniciando em 15 de julho de 2012.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
1990	2012 a 2020	1.282	1.700
1991	2009 a 2020	12.777	15.661
1994	2019	379	418
1996	2009 a 2016	11.384	15.252
1997	2014	1.597	2.059
1998	2009 a 2015	13.639	17.435
2010	2032	1.540	-
		<u>42.598</u>	<u>52.525</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

BNDES

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, sendo liberado até 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$91.624, o qual será amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2023, com juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia obriga-se a ceder fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e ao recebimento de eventual indenização, que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em agosto de 2010 realizou-se operação de crédito para assunção de obrigações assumidas pela Companhia junto ao referido banco, com a interveniência do Estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, a Companhia ressarcirá o Estado de Santa Catarina de todos os valores relativos a assunção das obrigações, conforme nota explicativa 21.

Banco Prosper

Em julho de 2009 a Companhia firmou contrato com o Banco Prosper, com prazo de carência de 2(dois) anos e prazo total de 7(sete) anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

Operações Financeiras contratadas para desembolsos futuros

JICA – Japan International Cooperation Agency

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimos com o Banco JICA – Japan International Cooperation Agency, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento será no total de R\$383.594, sendo R\$273.055 do Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN, sendo liberado até 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$4.802.

CEF - Caixa Econômica Federal

Em 24 de março de 2010 foi aprovada pelo Conselho de Administração a contratação de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$25.843, com carência de 31 meses para pagamento em 24 meses, remunerado à taxa de 6% (seis

por cento) ao ano. O objeto do referido contrato é custear os investimentos da Companhia no desenvolvimento da rede de esgoto sanitário para o município de Laguna.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
Provisão para férias com encargos	16.981	14.781	12.556
INSS	3.348	3.095	2.704
FGTS	1.127	1.027	900
Indenizações trabalhistas	-	-	4.377
Plano de saúde e previdência	1.641	1.252	1.070
Vale alimentação	3.099	3.669	1.484
Outros	2.940	2.751	2.289
	<u>29.136</u>	<u>26.575</u>	<u>25.380</u>

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
. REFIS	8.722	8.155	3.049
. COFINS	4.612	1.601	1.442
. PIS/PASEP	938	253	217
. Imposto de Renda - retenções	128	27	77
. Imposto de Renda sobre lucro real	13.970	2.229	202
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	101	44	240
. Contribuição social sobre lucro real	5.373	823	78
. Outros	605	577	585
Total circulante	<u>34.449</u>	<u>13.709</u>	<u>5.890</u>
Não circulante:			
. REFIS	67.955	71.689	40.421
. Imposto de renda e Contribuição Social (Parcelamento)	3.099	4.315	-
Total não circulante	<u>71.054</u>	<u>76.004</u>	<u>40.421</u>

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, através do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. O débito está sendo pago em parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 1,2% da receita bruta mensal, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, as quais estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo::

Natureza:	Total da dívida		
	PGFN	SRF	na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante			Não circulante		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo anterior	8.155	3.049	5.119	71.689	40.421	41.147
Transferências	9.054	6.015	3.791	(9.054)	(6.015)	(3.791)
Consolidação	-	5.888	(3.065)	-	33.472	3.065
Atualizações (TJLP)	-	-	-	5.320	3.811	-
Amortizações	(8.487)	(6.797)	(2.796)	-	-	-
	<u>8.722</u>	<u>8.155</u>	<u>3.049</u>	<u>67.955</u>	<u>71.689</u>	<u>40.421</u>

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$211.423 em 31 de dezembro de 2012 (R\$222.217 em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na nota explicativa nº14a.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	126.808	110.450	122.076
Provisão p/ contingências trabalhistas	12.327	13.635	10.302
	<u>139.263</u>	<u>124.213</u>	<u>132.506</u>
Depósitos judiciais	(79.978)	(88.532)	(65.114)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	<u>59.285</u>	<u>35.681</u>	<u>67.392</u>

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, no montante de R\$9.001; processo de execução judicial de mútuo em prol da FUCAS no montante de R\$100.000; ações cíveis públicas R\$10.233 e outros de natureza diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia no montante de R\$ 7.574. Esses processos ainda não possuem sentença judicial daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$126.808 em 31 de dezembro de 2012(R\$110.450 em 31 de dezembro de 2011).

b) Contingências fiscais

Refere-se a ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2012(idem em 31 de dezembro de 2011).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$12.327 em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.635 em 31 de dezembro de 2011) em face de eventuais perdas nesses processos.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui contabilizado a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV o montante de R\$81.271 (R\$75.187 em 31 de dezembro de 2011), conforme calculo atuarial efetuado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas

Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora
Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;
Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;
- Contribuição dos participantes:
Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme item 4.3 abaixo.
Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Extinção do PAD e constituição do CASANPREV

Os empregados da CASAN, por meio da Fundação Casan – FUCAS, possuíam um Plano de Auxílio Desemprego – PAD, no qual a contribuição de custeio era no percentual de 3,409 sobre a folha de pagamento bruta, com encargos sociais, pagos mensalmente pela CASAN por força de acordo trabalhista (ACT 1993/1994).

Por orientação do TCE/SC e da própria CPI da ALESC, cessaram-se tais repasses, por entender que o PAD é um plano complementar de aposentadoria, o que, por força da Constituição Federal, exige a contribuição paritária do beneficiário e do instituidor, o que não havia na hipótese.

O TCE/SC apontou irregularidade do PAD ao entender que, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109 em 2001, que por sua vez revogaram a Lei Federal nº 6.435/77, novamente perdeu a FUCAS de se adaptar à legalidade, insistindo no modelo assistencial, permanecendo, destarte, juridicamente de forma irregular, conforme bem demonstrado pelo Parecer COG-3350/2004 do Tribunal de Contas do Estado.

Mais adiante, o TCE/SC, através do parecer acima citado, exarado em 27 de outubro de 2004, registra que ficam as sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina proibidas de efetuar repasses de recursos de qualquer natureza a associações de empregados ou entidades similares que não sejam entidades fechadas de previdência complementar.

Em face das irregularidades da FUCAS e do PAD, as entidades fiscalizadoras da CASAN passaram a determinar a sustação dos respectivos repasses porque ilegais.

A Empresa, cumprindo seu poder/dever de rever seus atos, suspendeu os repasses ao citado programa no percentual (inicial) dos reflexos de 4% sobre a folha de pagamento para custeio do PAD, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina e da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (após a CPI da CASAN), e em estrita observância aos princípios da administração pública.

A matéria foi levada ao conhecimento da Justiça Estadual em ação proposta pela FUCAS contra a CASAN, para que esta mantivesse os repasses suspensos, cuja decisão reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido.

Sendo assim, tendo em vista a ilegalidade de todos os atos praticados na instituição do PAD, não há como prosperar em face da sua evidente nulidade.

Outro ponto que merece importante destaque é o endividamento da CASAN para com a FUCAS. De acordo com o relatório da CPI, a CASAN pegou dinheiro emprestado dela mesma, pois os valores que lhe foram emprestados pela FUCAS eram provenientes do PAD.

Ou seja, pelo entendimento da CPI, a CASAN pegou emprestado da FUCAS o dinheiro que teoricamente teria que repassar, ou repassou, para o fundo por ela administrado, no percentual de 4% da folha salarial da Companhia.

Essa tese não foi confirmada em juízo.

Observando a decisão judicial nº 023.05.045877-1, exarada em 31 de julho de 2006 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que qualificou a ilegalidade da FUCAS em gerir o PAD, o Conselho de Administração da CASAN, reunido no dia 29 de janeiro de 2007, deliberou sobre a criação da CASANPREV, entidade fechada de previdência complementar, que terá como finalidade a complementação previdenciária aos empregados ativos da Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuirá com parcelas mensais limitadas a 4,6% sobre as remunerações fixas da folha de pagamento bruta, com paridade de contribuição por parte dos empregados optantes. A entidade manterá, a princípio, as regras definidas no extinto Programa de Auxílio Desemprego – PAD, por meio de um plano de benefício definido – BD.

Assim, em 31 de dezembro de 2006, a Administração considerando a exigência legal do novo plano de previdência ter contribuição paritária, reverteu para o resultado do exercício o montante de R\$15.183, reconhecidos na rubrica de outras receitas operacionais, referente aos valores provisionados a título de contribuição exclusivamente patronal para o PAD relativo ao período de 2003 a 2006. Bem como reclassificou para o passivo não circulante o déficit atuarial do PAD no valor de R\$62.018 e o montante de R\$43.574 referente ao empréstimo junto à FUCAS, que serão utilizados em reversões e ajustes que se fizerem necessários em exercícios futuros, como também nos ajustes dos prazos dos planos de demissão incentivada, com vistas a adequar os períodos de concessão dos benefícios e as carências exigidas pela Lei.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 26 de abril de 2007 foi assinado pela CASAN e todos os Sindicatos representativos Termo de Acordo Coletivo de Trabalho, registrado na DRT sob processo nº 2426/0799, cujo objeto destaca-se: “Considerando a impossibilidade da FUCAS – Fundação CASAN continuar administrando o programa PAD e a necessidade dos seus instituidores ora acordantes adequarem o plano a legislação da previdência complementar vigente, tem por objeto o presente termo o ajuste da transferência de todo o ativo e passivo (conforme registros no balanço da FUCAS), vinculado ao PAD e sob administração da FUCAS (instituído pela cláusula 21ª do Acordo Coletivo de Trabalho 1993/1994), para a CASANPREV, fundo de previdência complementar fechada instituído pela CASAN em 29/01/2007, em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001”.

Em 01 de setembro de 2007 foi expedido um mandado de penhora e intimação (auto nº 023.05.002648-0), relativo ao processo de execução judicial em prol da FUCAS. O valor indicado pela justiça é de R\$87.040, e no balanço da Companhia é de R\$43.574, apesar das ações de contestação promovidas pela CASAN, a Diretoria Executiva resolveu assumir uma postura conservadora e acatar a orientação da CVM determinando que o valor seja corrigido equitativamente ao valor indicado pela demanda judicial. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2007 foi registrado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” no passivo Exigível a Longo Prazo o valor de R\$43.465 relativo à atualização acima citada.

Em 18 de dezembro de 2007, a Diretoria Executiva da CASAN, em ato homologado pelo Conselho de Administração, decidiu pela revogação da Resolução nº 700, de 30 de setembro de 1997, provocando reversão de R\$62.019 registrado no passivo não circulante. Esta decisão foi tomada considerando que o valor do déficit atuarial do plano de previdência (R\$69.644), levantado pela empresa DATA-A, está contemplado no atual valor provisionado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” (R\$87.040).

Em 13 de novembro de 2007 o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e remeteu para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008 o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação dessa Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN, reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, assim como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

Situação processual das principais ações relacionadas ao PAD nas quais litigam CASAN e FUCAS:

1. Execução nº 023.05.002648-0 (Embargos nº 023.05.031122-3)

Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida contra a CASAN, requerendo o pagamento do empréstimo de valores concedido pela FUCAS. O TJSC determinou a

penhora de R\$ 1 Milhão mensais dos cofres da empresa.

Em apelação, a CASAN reforçou todos os argumentos já levantados em sede de embargos, assinalando, em preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento de defesa decorrente do indevido julgamento antecipado da lide. Requereu, ao final, o acolhimento da preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, com o retorno dos autos à origem para a produção da prova requerida, bem como, no mérito, na hipótese de não acolhimento da preliminar, a reforma da sentença para o fim de serem julgados procedentes os pedidos dos embargos, declarando-se extinta a execução em razão da sua flagrante nulidade.

A 3ª Câmara de Direito Civil do TJSC, negou provimento à apelação interposta pela CASAN e deu provimento à apelação da FUCAS para majorar a sucumbência anteriormente arbitrada. Desse julgamento, a CASAN opôs embargos de declaração com efeitos infringentes, que foram rejeitados. Houve a interposição, pelas duas partes, de Recurso Especial. Para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial, a CASAN ingressou com medida cautelar incidental. Por decisão do Terceiro Vice-Presidente do TJSC, em 10.08.2011, foi deferido em parte a medida cautelar, atribuindo efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto, suspendendo a execução até o julgamento do referido Recurso Especial pelo STJ. Em contrapartida, a FUCAS ingressou com a Medida Cautelar junto ao STJ, que foi conhecida para deferir o pedido da Fundação e sustar o efeito suspensivo concedido ao Recurso Especial interposto pela CASAN. A CASAN interpôs Agravo Regimental nos autos da Medida Cautelar interposta pela FUCAS, em trâmite no STJ, atacando a decisão que deferiu o pedido da Fundação. O STJ não proveu o Agravo Regimental. Dessa decisão, a CASAN ingressou recurso especial não admitido em 22/01/2013 com Embargos Declaratórios com efeitos modificativos, e, junto à 6ª Vara Cível de Florianópolis (Juízo de execução), com Exceção/Objecção de Pré e/ou Executividade com pedido de liminar. No TJSC, da decisão que não admitiu na origem o Recurso Especial, a CASAN interpôs Agravo.

Até o momento de encerramento do presente demonstrativo, a execução encontra-se suspensa por petição da exequente em consideração às tratativas atuais tendentes à entabulação de um acordo, fato que serviu como acréscimo justificante para que o advogado da Companhia responsável pela demanda mantivesse o mesmo provisionamento valorativo ocorrido em 2010.

Além desta demanda nevrálgica dentro do relacionamento CASAN e FUCAS, outras que completam o cenário litigioso entre as partes merecem destaque:

1.1. Ação Declaratória nº 023.05.045877-1

Essa ação visa a cobrança dos valores não repassados pela CASAN ao fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. O TJSC julgou improcedente o pedido da FUCAS, porquanto o Plano fora constituído com recursos oriundo exclusivamente da Companhia, não havendo a contribuição paritária, exigida pela Constituição Federal para validade do plano. Foram admitidos os Recursos Especiais e Extraordinários manejados pela FUCAS, que estão aguardando julgamento.

1.2. Ação Civil Pública nº 023.07.092618-5

Tem por objetivo alterar/adequar o Estatuto da Fundação e os seus órgãos diretivos. A CASAN não concorda com o mérito da Ação, porquanto entende ser legal a finalidade de assistência a um grupo determinado de empregados, e como não é possível a mudança de finalidade da fundação, então o caso seria de extinção da FUCAS, com o retorno dos valores à CASAN. O Juízo de primeiro grau concluiu que é incabível a modificação da finalidade da FUCAS, e acolheu o argumento de sua extinção. Encontra-se no TJSC para análise e julgamento pela 3ª Câmara de Direito Público.

1.3. Ação Ordinária nº 023.08.077422-1

É a ação que visa a transferência do fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. Ação ingressada pela CASAN, com o fito de romper o “convênio de adesão” firmado entre as partes em 12 de janeiro de 1994 e transferir o fundo com todos os recursos financeiros vinculados ao plano para a CASAN ou para a CASANPREV.

Sustenta-se que é possível a ruptura do convênio firmado com a FUCAS, pois criado para beneficiar os empregados da Companhia e apenas administrado pela fundação. Enfatiza que recentemente foi criada entidade com finalidade previdenciária – CASANPREV, a qual necessita de aporte da CASAN para cobertura do tempo de vida passado.

A medida liminar de antecipação de tutela, requerida pela CASAN, foi indeferida no Juízo de origem, o que motivou o ingresso de Agravo de Instrumento (2009.002823-2). Por maioria, a 3ª Câmara Cível do TJSC, desproveu tal recurso, mantendo a decisão de não concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Em sentença, o pedido foi julgado procedente, havendo a interposição de recurso de apelação por parte da FUCAS, que pende de julgamento.

b) Plano de demissão voluntária incentivada – PDVI

Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
PDVI com indenização única	1.208	1.306	1.730
PDVI com indenização mensal	25.580	22.427	18.260
	26.788	23.733	19.990
Não circulante:			
PDVI com indenização mensal	43.666	50.644	49.505
	43.666	50.644	49.505
	70.454	74.377	69.495

Em 2012, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$26.163(R\$31.546 em 2011).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Para os empregados com idade entre 50 e 58 anos incompletos na data da adesão, com mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 65% das seguintes verbas salariais: a) salário, b) triênio/anuênio, c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, d) vantagem pessoal prêmio e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Para os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário, b) triênio/anuênio, c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, d) vantagem pessoal prêmio, e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Inscritos	813	813	813
Processo em tramitação	0	1	6
Rescisões para datas futuras	0	66	116
Demissões com PDVI	537	525	477
Demissões sem PDVI	57	57	45
Indeferimento de pedidos	55	55	55
Desistência do empregado	164	114	114
Número de empregados	2.238	2.176	2.059
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	751 33%	633 29%	574 28%

c) Participação nos lucros e resultados

No Acordo Coletivo 2011/2012 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados é o equivalente a 5% nos lucros da Companhia.

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e com mais dois de seus acionistas, sendo esses a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
CELESC	-	30	1
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	2.454	3.706	2.670
CODESC	106	106	103
Total de contas a receber dos acionistas	2.560	3.842	2.774

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
CELESC	4.576	3.859	3.890
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	7.940	7.223	7.254

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	7.980	9.372	1.400
Não circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	76.978	80.371	69.561
Total empréstimos a pagar para acionistas	84.958	89.743	70.961

Resultado das operações

	2012	2011	2010
Receita bruta de serviços prestados	16.936	14.766	15.958
Custos e despesas	51.465	48.768	42.332
Juros de empréstimo com acionista	7.780	7.415	3.039

a. Empréstimos a pagar para acionista

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, sendo liberado até 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$91.624, o qual será amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de julho de 2023, com juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela CASAN, junto ao BNDES, em 4 de julho de 2008, no valor de R\$150.476. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012 os montantes de R\$7.980 e R\$76.978, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, anteriormente devidos ao BNDES, foram mantidos no mesmo grupo de contas, pois mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

A partir da data da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a CASAN ressarcirá o Estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, e dessa forma visa a obtenção de novas linhas de crédito, já em negociação, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

Remuneração de Pessoal Chave da Administração

Taxas de Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária, em 29 de dezembro de 2006, ficou estabelecida a equiparação da remuneração dos administradores da Sociedade ao maior salário praticado na Companhia, considerados salário fixo e triênio, correspondendo nesta data a R\$ 14.599,99.; fixando também os honorários dos conselheiros de administração e fiscais no percentual de 20% da remuneração dos administradores, correspondendo nesta data a R\$2.920,00, estendendo aos diretores, comissionados e servidores cedidos à Companhia os mesmos benefícios sociais e vantagens atribuídas aos demais empregados do quadro efetivo.

O diretor-presidente da Sociedade perceberá além da remuneração fixa, mais 20% a título de verba de representação.

A remuneração do procurador adjunto de contencioso e procurador adjunto consultivo corresponderá a 80% da remuneração dos diretores executivos.

Benefícios: pago apenas aos executivos – vale refeição, assistência médica, descanso semanal remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias.

A remuneração paga pela Companhia aos membros de seus conselhos de administração, fiscal e executivos foi de R\$1.708 e R\$1.442 para os exercícios de 31 de dezembro de

2012 e 2011, respectivamente.

As remunerações recebidas pelos administradores da Companhia, por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 totalizaram R\$1.226 e R\$1.083, respectivamente.

CASANPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. O passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2012 é de R\$81.271 (R\$75.187 em 31 de dezembro de 2011).

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$15.489 em 31 de dezembro de 2012 (R\$12.025 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem realizadas nas localidades do Maciço do Morro da Cruz e no bairro Campeche, em Florianópolis, e nos municípios de Videira e São Miguel do Oeste. A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 está representado por 715.094.432 ações (702.559.220 em 31 de dezembro de 2011), sendo 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2011) ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2011), preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal sendo assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos e dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Discriminação do capital subscrito:	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>
b. Dividendos		2012
Cálculo dos dividendos		21.418
Lucro Líquido do Exercício		1.071
(-) Reserva Legal (5%)		2.767
Realização da Reserva de Reavaliação		23.114
Base para Dividendos		<u>5.779</u>

c. Reservas de Lucros a Realizar

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração de acordo com o artigo 197 da Legislação Societária, a ser deliberada em AGO.

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tarifas de água	546.374	481.009	445.691
Tarifas de esgoto	108.318	95.440	76.398
Outras receitas de serviços de água	18.716	16.594	16.493
Outras receitas de serviços de esgoto	144	1.015	62
Total do faturamento	673.552	594.058	538.644
Impostos sobre vendas e outras deduções	(63.210)	(54.903)	(49.608)
Total receita líquida	610.342	539.155	489.036

25 DESPESAS POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários e encargos	243.294	213.006	201.126
Materiais	32.946	27.951	25.254
Serviços de terceiros	122.052	112.259	99.122
Gerais e tributárias	15.315	12.396	13.124
Depreciações/amortizações e provisões	73.069	47.395	48.756
Fundos para programas municipais	23.823	30.293	33.392
Recomposição de pavimentação	11.063	16.527	18.591
	<u>521.562</u>	<u>459.827</u>	<u>439.365</u>

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários	83.417	74.910	64.479
Custos previdenciários	65.117	46.006	32.821
FGTS	9.039	8.166	7.054
Programa de alimentação	13.522	13.301	10.439
Programa de saúde	11.272	9.877	10.442
Outros benefícios	60.927	60.746	75.891
	<u>243.294</u>	<u>213.006</u>	<u>201.126</u>
Número de empregados	2.238	2.176	2.059

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2012, em relação a igual período de 2011 e de 2010, é assim apresentada:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas financeiras:			
Descontos obtidos	232	51	279
Juros ativos	1.820	1.602	947
Rendimento de aplicações financeiras	4.952	6.336	1.600
Variações monetárias e cambiais	1.050	3.748	1.745
Outras	773	-	8
	<u>8.827</u>	<u>11.737</u>	<u>4.579</u>
Despesas financeiras:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(39.396)	(35.550)	(26.064)
Variações monetárias e cambiais	(979)	(3.697)	(5.176)
Outras	(72)	(1.294)	(336)
	<u>(40.447)</u>	<u>(40.541)</u>	<u>(31.576)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(31.620)</u>	<u>(28.804)</u>	<u>(26.997)</u>

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2012, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais são compostas substancialmente pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Outras receitas operacionais:			
. Pessoal à disposição	2.665	2.403	1.727
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.015	1.721	1.492
. Comissão prestação de serviços/convênios	62	56	42
. Recuperação de causas trabalhistas	1.346	86	86
. Recuperação de causas cíveis	177	11.325	8.732
. Outras	1.053	1.189	1.162
	<u>6.318</u>	<u>16.780</u>	<u>13.241</u>
Outras despesas operacionais:			
. Baixa de imobilizado	(6.043)	(34)	(766)
. Fiscais e tributárias	(5.904)	(50.525)	(128)
. Causas cíveis	(24.557)	-	(91.942)
. Causas trabalhistas	(7.077)	(6.896)	(693)
. Outros	-	-	(390)
	<u>(43.581)</u>	<u>(57.455)</u>	<u>(93.919)</u>
	<u>(37.263)</u>	<u>(40.675)</u>	<u>(80.678)</u>

29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

O imposto de Renda no Brasil inclui imposto de Renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de Renda e contribuição social são 25% e 9%, respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para os exercícios de 2012, 2011 e 2010.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	2012	2011	2010
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos	19.897	9.849	(39.277)
Adições:			
Provisão para contingências	15.050	(8.303)	66.846
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.513	412	-
Realização da reserva de reavaliação	5.268	3.335	3.389
Depreciação da correção monetária especial (Lei 8.200/91)	2.973	1.705	1.756
Outras	324	412	12.668
Total de adições	26.128	(2.439)	84.659
Exclusões:			
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa			(7.615)
Pagamentos plano de incentivo à aposentadoria	(3.378)	(3.271)	(3.324)
Total de exclusões	(3.378)	(3.271)	(10.939)
Base de cálculo do Imposto de Renda	42.647	4.139	34.443
IRPJ alíquota de 15%	6.397	621	5.166
IRPJ alíquota de 10% adicional	4.240	390	3.420
Incentivos fiscais	(531)	(50)	(413)
Total IRPJ	10.106	961	8.173
Base de cálculo da contribuição social	42.647	4.139	34.443
Total CSLL (alíquota de 9%)	3.838	372	3.100
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido	13.944	1.333	11.273

30 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui seguros contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com coberturas no montante de R\$6.513.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de janeiro e 08 de fevereiro de 2013 foi realizada operação de crédito, Capital de Giro – CCB, junto a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$4.900 e R\$14.100, respectivamente, com encargos de 0,35% a.m., que será amortizado em 30 meses, com 6 meses de carência.

DIRETORIA

DALÍRIO JOSÉ BEBER

Dir. Presidente

CPF 068.797.569-72

ARNALDO V. DE SOUZA

Dir. Administrativo

CPF: 029.394.109-25

LAUDELINO DE B. E SILVA ANTONIO V. DO NASCIMENTO

Dir. Financeiro e de Rel. Investidores

CPF: 415.217.739-04

Dir. Comercial

CPF: 065.698.119-91

ADELOR FRANCISCO VIEIRA

Dir. Expansão

CPF: 113.658.709-87

VALTER JOSÉ GALLINA

Dir. Operação e de Meio Ambiente

CPF: 341.840.409-00

OSNY SOUZA FILHO

Dir. Planej. e de Rel. com o Poder Concedente

CPF: 305.839.939-15

JOSÉ DA SILVA BORGES

Gerente Contábil
Téc. Contábil

CRC: 1 SC- 017.182/O4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas enfatizando alguns assuntos que achamos relevantes.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº1 alínea (I), e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

OUTROS ASSUNTOS - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

CNPJ Nº 82.508.433/0001-17



Governo do Estado
SANTA CATARINA
www.sc.gov.br

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram originalmente por nós auditados cujo parecer datado de 13 de fevereiro de 2012, não continha ressalvas, mas enfatizava os seguintes assuntos:

1. Conforme nota explicativa nº 14, atendendo ao preconizado no OFÍCIO DE ALERTA/CVM/SEP/GEA-5/Nº039/11 expedido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 13 de outubro de 2011, a Companhia implementou todas as determinações daquela autarquia, todo processo, inclusive o Laudo de Avaliação firmado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE, foi aprovado pelo Conselho de Administração, e como determinam os estatutos e o regimento, tal procedimento será submetido à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE a realizar-se em 19 de março 2012.
2. Todo efeito do supracitado procedimento remontou a valores e saldos do exercício de 2010, já encerrado, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nosso exame ficou adstrito aos atos e fatos contábeis ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis 06 de fevereiro de 2013.

AUDIMEC

Auditores Independentes S/S

CRC/PE 000150-0 “S” RN

LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA
CRC/PE 010483/O-9 “T” RN “S” SC - SOCIO SÊNIOR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, examinou a Demonstração de Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Valores Adicionados e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, e opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação dos acionistas.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2013.

RICARDO ZANATTA GUIDI

LUCIO MALLMANN

ADEMIR VICENTE MACHADO

ALVARO LUIZ BORTOLOTO PREIS

ROBERTO FERNANDO CARVALHO AGOSTINI